UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

MARILIA FERREIRA MARINHO MANGUEIRA

POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS ARTES VISUAIS NA BAHIA:
2007 a 2013

Salvador

2014

MARILIA FERREIRA MARINHO MANGUEIRA

POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS ARTES VISUAIS NA BAHIA: 2007 a 2013

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Comunicação com Habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Produção em Comunicação e Cultura.

Orientador: Dra. Gisele Nussbaumer

Salvador

2014

RESUMO

Este trabalho visa analisar o cenário das políticas culturais para as artes visuais na Bahia no período de 2007 a 2013. No primeiro capítulo, trabalhamos com a compreensão de cultura e de políticas culturais e fazemos um breve panorama do cenário das políticas culturais no Brasil e na Bahia. No segundo e último capítulo tratamos das políticas culturais específicas para as artes visuais na Bahia, apresentando os principais projetos desenvolvidos e mecanismos de financiamento para a área, assim como a visão dos artistas sobre o momento atual.

PALAVRAS-CHAVE: políticas culturais, artes visuais, Bahia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 4

1 POLÍTICAS CULTURAIS E ARTES VISUAIS 5

1.1 Políticas Culturais 5
1.1.1 Políticas culturais no Brasil 8
1.1.2 Políticas culturais na Bahia 13

1.2 Políticas culturais para as artes visuais 19

2 AS ARTES VISUAIS NA BAHIA: 2007 a 2013 23

2.1 A FUNCEB e a Coordenação de artes visuais 23

2.2 Principais projetos da FUNCEB 27
2.2.1 Salões de Artes Visuais da Bahia 27
2.2.2 Prêmio Nacional de Fotografia Pierre Verger 32
2.2.3 Portas Abertas para Artes Visuais 33
2.2.4 Diálogos Estéticos 34
2.2.5 Salão de Design 35

2.3 Fundo de cultura/FCBA: Os editais específicos 35
2.3.1 Edital Setorial de Artes Visuais 37
2.3.2 Prêmio Matilde Matos 38
2.3.3 Giro das Artes Visuais 39
2.3.4 Fotografia Baiana 40

2.4 Calendário das artes da FUNCEB 40

2.5 Fazcultura 43

2.6 A visão dos artistas 45

CONCLUSÃO 52

REFERÊNCIAS 54

APÊNDICE 57

INTRODUÇÃO

Refletir sobre as políticas culturais no Brasil é um grande desafio. É um campo ainda recente, com pesquisas dispersas em muitas áreas de conhecimento e concentradas em temas e períodos específicos.

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Produção em Comunicação e Cultura na Faculdade de Comunicação da UFBA tem como objetivo analisar o cenário das políticas culturais para as artes visuais na Bahia de 2007 a 2013, avaliando as formulações e/ou propostas desenvolvidas pela administração pública, principais projetos e mecanismos de financiamento, assim como a percepção dos artistas sobre o cenário atual.

Estruturamos este trabalho em dois capítulos. No primeiro tratamos dos conceitos de cultura, de políticas culturais e políticas públicas adotados na contemporaneidade e traçamos um panorama das políticas culturais no âmbito do Brasil e da Bahia. No segundo capítulo tratamos das políticas culturais para as artes visuais, destacando o papel do Estado como principal financiador da área, instituições responsáveis pelas políticas para o setor, principais projetos e mecanismos de financiamento e a visão dos artistas pesquisados sobre o cenário atual e essas políticas.

Os dados e informações utilizados têm como fonte principal de pesquisa relatórios e sites das instituições pesquisadas, além de informações coletadas no ambiente de trabalho da pesquisadora. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi imprescindível fazer entrevistas com artistas que estão ou estiveram inseridos nesse cenário com o intuito de obter a avaliação dos artistas no que se refere às políticas desenvolvidas e mecanismos de financiamento disponíveis. A pesquisa é de caráter exploratório e utilizou como instrumento um questionário com perguntas abertas, aplicado através de entrevistas virtuais e presenciais.

1. POLÍTICAS CULTURAIS E ARTES VISUAIS

1.1 Políticas culturais

Este capítulo traz um panorama dos conceitos de políticas culturais, trabalhados pelos principais autores da área, aborda também o conceito de cultura utilizado como base para a construção de políticas na contemporaneidade. As artes visuais, enquanto segmento artístico é objeto de estudo deste trabalho, que faz uma análise das políticas culturais no Brasil e na Bahia voltada para esta linguagem.

No livro *Dicionário Crítico de Política Cultural*, Teixeira Coelho (1997) descreve a política cultural como um conjunto de ações desenvolvidas com o propósito de promover, distribuir, preservar e divulgar a cultura. Para Coelho, essas ações devem ser realizadas por agentes específicos como o Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o intuito de satisfazer as demandas culturais e deflagrar o desenvolvimento das representações simbólicas da população.

Já Nestor Garcia Canclini (2005) considera o caráter transnacional no âmbito das políticas culturais e uma política baseada em intervenções conjuntas e sistemáticas a partir de atores coletivos e metas.

> Os estudos recentes tendem a incluir neste conceito o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Mas esta forma de caracterizar o âmbito das politicas culturais precisa ser ampliada tendo em conta o caráter transnacional dos processos simbólicos e matérias da atualidade. (Canclini. 2005. p. 78)

Alexandre Barbalho (2005) problematiza a definição de Coelho (1997), salientando o caráter de política cultural como política pública e frisando que a redução do termo público à atuação do Estado nega a existência da esfera pública. O campo de possibilidades estratégicas, especificação de objetivos e critérios é a própria definição de políticas culturais, portanto, é necessária a presença ativa da sociedade civil para uma efetiva formulação de políticas públicas para a cultura, visto que é

dela que surgem as demandas e as necessidades. Políticas culturais podem, nessa perspectiva, serem definidas:

> como um conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.(Barbalho, 2005. p. 38)

Coelho (1997) atenta para o fato de que as políticas culturais costumam seguir uma lógica de oferta, com o apoio a artistas na criação e manutenção ou uma lógica de demanda, preocupada com a formação e estímulo ao público. Para o autor, as políticas culturais podem ser classificadas em quatro tipos, são eles: “políticas relativas ao mercado cultural” (apoio aos setores de produção, distribuição e consumo); “políticas relativas à cultura alheia ao mercado cultural” (não possuem o interesse econômico na produção, nos objetivos e no retorno de seus criadores); “políticas relativas aos usos da cultura” (criação das condições para que o público em geral goze dos modos culturais) e “políticas relativas às instâncias institucionais de organização” (organização administrativa da cultura). Para Coelho, todas estas políticas juntas caracterizam uma política cultural de Estado.

Outra questão que merece uma maior reflexão, na esfera das políticas culturais é a desconsideração dada à indústria cultural no momento das elaborações das políticas nos três âmbitos governamentais. A esta ideia, Barbalho acrescenta que

> uma política de cultura perde muito de sua eficácia, de sua efetividade, se não interagir criticamente com as indústrias culturais e com as mídias. Não perceber a importância formativa e informativa das indústrias culturais é um grave erro estratégico. (BARBALHO, 2005, p. 39).

No texto *Políticas culturais entre o possível e o impossível*, Albino Rubim (2007) faz uma análise sobre o entendimento de cultura na contemporaneidade, seus dispositivos, acontecimentos e processos histórico-sociais que foram ampliando o conceito de políticas culturais. Esse texto foi referência para a construção deste trabalho e compreensão do lugar das artes visuais e suas políticas.

Segundo o autor, com a modernidade, foi possível a relativa *autonomização* do campo cultural, implicando na constituição da cultura como um campo distinto que articula e inaugura instituições, práticas, atores, linguagens, interesses, etc, podendo

com isso ser estudada em sua particularidade. Em resposta, aparece a *mercantilização da cultura*, associada ao desenvolvimento do capitalismo e indústria cultural. Isto é, os produtos são entendidos como mercadoria, desde o momento da produção, potencializando a *tecnologização da cultura*, sendo esta a reprodução técnica de texto/imagens/sons, criando novas formas culturais, como por exemplo, a videoarte, o design gráfico, totalizando num conjunto de dinâmicas que se sobrepõem, formando culturas híbridas.

> A tecnologização da comunicação e da cultura, por fim, faz aparecer a intitulada cultura midiatizada, componente vital da circunstância cultural, em especial dos séculos XIX, XX e XXI. Em anos mais recentes, a tecnologização da comunicação e da cultura possibilitou a explosão das redes informáticas e todo um conjunto de ciberculturas, associadas ao processo de globalização das redes, que hoje passam a ambientar a sociabilidade. (RUBIM, 2007. p. 4)

A formulação de políticas para cultura deve levar em consideração também o fator da diversidade cultural, essencial para a preservação e desenvolvimento da vida cultural. Para José Márcio Barros (2009), a participação da população no processo de formulação de políticas é decisiva para a promoção da diversidade cultural. Elas devem ser pensadas e formuladas de acordo com as singularidades de cada lugar.

Em sua análise, Coelho (2007) propõe ainda outras questões que devem ser levadas em consideração na busca por indicadores qualitativos de uma política cultural. Os vetores pelos quais uma política deve se orientar perpassam pelos direitos culturais e o direito de participar da vida cultural; a diversidade cultural e o fato de preservar a diferença; a participação e representatividade da sociedade civil; a centralidade da cultura como fator de desenvolvimento econômico e humano; a sustentabilidade da cultura; a conectividade dos fatos culturais entre si e entre eles.

Para analisar o espaço de pertença e alcance do que é designado como políticas culturais, Rubim (2007) criou um modelo teórico-analítico que se divide em dez diretrizes e que será referência para o desenvolvimento deste trabalho. São elas:

- Definição e determinação da noção de política;
- Esclarecimento do conceito de cultura;
- Estruturação de formulações e ações para serem desenvolvidas e implementadas;

- Definição de objetivos e metas;
- Delimitação e caracterização dos atores envolvidos;
- Esclarecimento dos públicos pretendidos;
- Atenção com os instrumentos e recursos humanos, legais, materiais e financeiros;
- Percepção dos momentos do sistema cultural (criação, invenção e inovação; difusão, divulgação e transmissão; circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; fruição, consumo e públicos; conservação e preservação; organização, legislação, gestão e produção da cultura);
- Analisar as interfaces pretendidas e acionadas;
- Observação da sistematicidade existente nas políticas culturais.

1.1.1 Políticas culturais no Brasil

Traçar um histórico sobre as políticas culturais no Brasil significa entender o porquê da situação atual destas e fazer uma reflexão sobre a dificuldade do campo de pesquisa e dos obstáculos que a cultura de um modo geral, precisa enfrentar. Rubim (2007) identifica os principais momentos e ações relevantes para o desenvolvimento das políticas culturais.

O autor afirma que as políticas culturais no Brasil são marcadas por três tradições: ausência, autoritarismo e instabilidade. Ele argumenta que a tradição *ausência* é decorrente do fato de não ter existido políticas culturais no Brasil Colônia, no Segundo Império e nem na República Velha**,** devido ao fato da Monarquia portuguesa perseguir as culturas indígenas e africanas e bloquear a ocidental, por meio de controles rigorosos. A vinda da família Real para o Brasil indica o declínio do poder colonial e não uma mudança de fato, já que o Estado continuou sendo pouco atento à cultura, sendo tratada como um privilégio. As “atitudes culturais” de Dom Pedro II, como estimular a inauguração de institutos históricos e geográficos, assumir uma postura de mecenas com alguns criadores culturais e ser, ele mesmo, um criador bissexto não configuram uma nova atitude do Estado brasileiro.

São várias formas de ausência, desde a formulação tardia, assim como a cultura vista como privilégio ou ornamento e retirada do poder de decisão do Estado nos governos neoliberais. O Império e a República desenvolveram poucas ações no campo cultural, que nem podem ser consideradas políticas culturais. A Nova República implantou uma lógica de incentivos fiscais: dinheiro governamental financiava a cultura, contudo, o Estado era omisso e deixava nas mãos do mercado a decisão de quem, como e quando patrocinar. (Rubim. 2007. p. 53)

Rubim (2007) destaca algumas mudanças que considera importantes na década de 30, como a classe média e o proletariado aparecendo na cena política, a própria industrialização/urbanização configurando um novo cenário para o país e desenvolvendo o campo cultural, inaugurando assim as políticas culturais no Brasil. Essas mudanças foram marcadas pela passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura do Estado de SP assumindo o patrimônio não só como material e propondo uma compreensão ampla de cultura para além das Belas Artes, abarcando assim as Culturas Populares; também pela presença de Gustavo Capanema à frente do MES (Ministério da Educação e Saúde), quando o Estado nacional realiza um conjunto de intervenções positivas e negativas, sendo o maior exemplo disso o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que teve uma vasta produção de materiais em diferentes registros, em compensação a censura cooptava o meio cultural, artistas, produtores etc. Rubim (2007) destaca diversas iniciativas, práticas, legislações, dentre as quais o Conselho Nacional de Cultura e o Serviço do Patrimônio Histórico, sendo que o último se tornou exemplar para as políticas culturais no Brasil e em muitos outros países devido sua competência técnica.

A gestão Vargas/Capanema reafirma a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais nacionais que valorizavam o nacionalismo e a brasilidade, marcando assim de modo substantivo a história do Brasil e do autoritarismo, segunda tradição nas políticas culturais conforme Rubim. Mesmo instrumentalizando a cultura pelos interesses governamentais, estas ações movimentaram o cenário cultural. Existe a censura, a repressão, o exílio da cultura, mas ao mesmo tempo constituíram uma agenda de realizações. Exemplo disso é a criação de empresas como a Telebrás, a Embratel e a implantação de uma lógica de indústria cultural,

para controlarem rigidamente os meios audiovisuais para integrar a cultura de “Segurança Nacional”. Pela primeira vez o Brasil tem um Plano de Cultura e muitas instituições são criadas, como a FUNARTE – primeiramente como agência de financiamento de projetos culturais, mas que depois se consolida como um organismo com intervenções inovadoras no campo cultural - Radiobrás, Concine, dentre outros.

> Não conseguimos localizar informações sobre o desenvolvimento dos trabalhos do CNC. Entretanto, por meio da própria legislação observamos que o conceito de *cultura* com a qual o ministério de Capanema operava, na segunda metade da década de 1930, era abrangente. As atribuições do conselho abarcariam as áreas clássicas das artes, os meios de comunicação de massa, a produção intelectual, a educação cívica e a física, inclusive as atividades de lazer, além da proposição de pesquisas e estudos para subsidiar a elaboração de políticas. (Calabre. 2009. p.43)

A terceira tradição, a *instabilidade* é um reflexo das duas últimas tradições. Como muito das instituições culturais criadas têm forte e complexa instabilidade institucional, como a ausência de políticas mais permanentes, descontinuidade administrativas, etc, o autor afirma que a conjugação de ausência e autoritarismo, produz instabilidade. O autor exemplifica os grandes entraves que ocorreram para a criação do Ministério da Cultura (Minc).

> A sua problemática implantação nos governos Sarney, Collore Itamar é um dos exemplos mais contundentes desta tradição de instabilidade da área cultural: criado em 1985; desmantelado por Collor e transformado em secretaria em 1990; ele é recriado em 1993 por Itamar Franco. A cultura, além destas idas e vindas do ministério em seus primeiros anos, teve inacreditáveis dez dirigentes responsáveis pelos órgãos nacionais de cultura em 10 anos (1985-1994).(RUBIM. 2007. p. 60)

Rubim também problematiza outra questão: a Lei Sarney (1986), que hoje é a Lei Rouanet (1991). O autor questiona o fato de que a lei contrariava todo o investimento feito na época, coma Fundação do Cinema Brasileiro, a Fundação Nacional Pró-leitura, dentre outras, já que cria uma ruptura com os modos até então vigentes de financiamento da cultura. Essa lógica de financiamento, que privilegia o mercado, ainda que sempre utilizando o dinheiro público, se expandiu. A predominância dessa lógica de financiamento desapodera o Estado e potencializa a intervenção do mercado. Isso fez com que os produtores culturais e os criadores,

passassem a identificar políticas culturais tão somente com as leis de incentivo, empobrecendo assim alternativas de políticas culturais no Brasil.

No Governo de FHC, ressalta Rubim (2007), é estimulada a utilização das leis de incentivo através de estratégias como a publicação do MinC intitulada como “Cultura é um bom negócio”. A ausência de políticas eficazes vem confirmar a incapacidade da democracia no Brasil de atuar na área da cultura. O autor sinaliza todos os artifícios utilizados pelo Governo e pelas empresas privadas que utilizavam as leis.

> Amparados pelo governo que incentiva essa visão, instituindooficialmente em 1997 a famosa cartilha *Cultura é um bom negócio*, os diretores de marketing acionam teorias de marketingcultural e privatizam os critérios de escolha do que a populaçãodeve ou não produzir, distribuir, fruir, onde e como apartir de suas preocupações mercadológicas com clientes, fornecedorese consumidores.
> (Porto. 2007. p. 161)

Rubim (2007) deixa claro que o autoritarismo está impregnado na sociedade brasileira, dada sua estrutura desigual e elitista. As culturas populares, indígena e afro-brasileira quase nunca foram contempladas pelas políticas culturais. No geral, eram consideradas manifestações não dignas de ser chamadas e tratadas como cultura, quando não eram pura e simplesmente reprimidas e silenciadas.

Na análise feita por Rubim (2007), o governo Lula e seus ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira são os responsáveis pela elaboração de políticas culturais efetivas no país. Primeiramente, o diálogo com a sociedade deu substância ao caráter ativo, propiciando o desafio de formular e implementar políticas culturais em circunstâncias democráticas. Segundo, a ampliação do conceito de cultura – noção antropológica – permite que essas políticas não assistam apenas à cultura erudita, mas também as populares. Por isso, a gestão Gil passa a ser inauguradora nas questões de culturas indígenas, culturas populares, de afirmação sexual, digital e, também, na cultura midiática audiovisual.

> Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de consequências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o Estado nunca esteve à

> altura do fazer de nosso povo, nos mais variados ramos da grande árvore da criação simbólica brasileira. (Discurso de Posse de Gilberto Gil).

A continuidade é crucial para os projetos que estão em andamento como o SNC (Sistema Nacional de Cultura), o PNC (Plano Nacional de Cultura),os Pontos de Cultura, a consolidação política e institucional etc. Contudo, são muitos os obstáculos, como o próprio "alargamento" do conceito de cultura, a continuidade da reforma administrativa, os canais de participação da sociedade civil e artistas, a concentração dos equipamentos em algumas regiões, a necessidade de quadros para as instituições culturais nacionais, a questão do financiamento da cultura e, principalmente, a conquista de no mínimo 1% do orçamento federal para a cultura.

> Somente na gestão do ministro Gilberto Gil, passamos a ter uma política cultural cujo projeto acentua o binômio entre diversidade e desigualdade, desfazendo-se daquela exclusivamente sobre a identidade nacional e a questão da diversidade foi assumida enquanto chave para a elaboração de uma política cultural diferenciada. Sem voltar para os preceitos do Estado desenvolvimentista, o Estado voltou a ter um papel a cumprir, no desenvolvimento econômico, no setor cultural, na regulação de economias da cultura, de árbitro, de legislador. (Simis. 2007. p. 152)

Em relação ao governo de Dilma Roussef, estudiosos como Lia Calabre**,** Rubim**,** Eloise Dellagnelo e Alexandre Barbalho**,** fizeram algumas reflexões no IX Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT (2013).Os pontos positivos levantados foram os avanços no campo cultural, especialmente na consolidação de algumas políticas; a institucionalização da política cultural, com reforço da implementação do Sistema Nacional de Cultura; os esforços do MinC para confirmação do Sistema e a realização das oficinas estaduais de cultura. Contudo, houve dificuldades em dar continuidade às outras políticas implementadas pelo MinC. Exemplos disso são o projeto Revelando Brasis, realizado entre 2007 e 2010, que foi descontinuado e retomado no ano de 2013; uma perda de capital político do MinC na gestão Dilma Rousseff, com a ausência da centralidade dos processos participativos do Ministério; as instabilidades na execução das políticas culturais; problemas na efetivação dos Pontos de Cultura; dificuldade de cumprimento das diretrizes do modelo de gestão pelos órgãos estaduais e municipais conveniados ao SNC. (ENECULT. 2013).[1]

[1] http://www.cult.ufba.br/enecult/ - Acesso em 12 de novembro de 2013.

Assim sendo, é importante frisar a necessidade de um projeto de política cultural mais mobilizador, que agregue maior participação popular e movimente a discussão pública da cultura, além da necessidade de investimento na formação de agentes e gestores culturais, e de mobilização política dos agentes na formulação e efetivação das políticas culturais.

1.1.2 Políticas Culturais na Bahia

As diretrizes das políticas culturais na Bahia começam a se delinear a partir da criação de uma secretaria específica para gerir a cultura, feita pelo governador Waldir Pires, em 1987. A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia tinha a proposta de "preservar a memória e a tradição do Estado, fomentar as ações culturais dos segmentos da sociedade e fornecer condições para o livre desenvolvimento das ações culturais" (SECULT. 2013). Em 1991, houve uma regressão no Governo de Antônio Carlos Magalhães, a secretaria foi extinta e seus órgãos foram vinculados à Secretaria de Educação e Cultura.

Em 1995, é recriada a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) na gestão de Paulo Souto. Segundo Taiane Fernandes (2007), a junção do turismo com a cultura foi inédita no Brasil. A SCT enfrentou problemas internos com a subordinação da cultura aos interesses do turismo e o investimento em uma identidade única da Bahia e o isolamento da secretaria em relação a outros órgãos culturais. A finalidade da SCT era de "executar a política governamental destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado e promover o desenvolvimento do turismo e do lazer" (SECULT. 2013.) [2]

Em 2002, houve mais modificações, entre elas a incorporação do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia/IRDEB e a transferência do Arquivo Público do Estado da Bahia e acervo para a Fundação Pedro Calmon.

Com a chegada de Jaques Wagner no Governo do Estado da Bahia em 2007 e a nomeação do então Secretário de Cultura Márcio Meirelles, ocorreu uma mudança significativa na forma de gerir a cultura na Bahia. Pela demanda de se criar uma

[2] http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/historico/. Acesso em 17 de novembro de 2013.

secretaria específica para a área da cultura, o governador Wagner, através da Lei N° 10.549, solicitou a separação da Secretaria de Cultura e do Turismo.

Atualmente, a Secretaria de Cultura do Estado/SECULT conta com o Conselho Estadual de Cultura (CEC), o Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador, a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (SUDECULT) e a Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT), órgãos articuladores da formulação de políticas gerais, além do Gabinete do Secretário e da Diretoria Geral.

> Em 2007, o Governo do Estado desenhou um novo cenário para a gestão da cultura na Bahia ao alinhar-se às concepções contemporâneas internacionais, em especial a da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e à visão da política nacional que revolucionou a ação do Ministério da Cultura (MinC), a partir de 2005.(SECULT. 2010. p 11)

A SECULT possui ainda três entidades vinculadas: a Fundação Cultural do Estado da Bahia/FUNCEB que cria e implementa políticas e programas públicos de cultura, voltada para as linguagens artísticas, o Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia/IPAC que atua na salvaguarda de bens culturais tangíveis e intangíveis e no fomento de ações culturais para o fortalecimento das identidades no Estado, executa política de preservação do patrimônio cultural e promove atividades relacionadas com museus, organizando e difundindo acervos e a Fundação Pedro Calmon/FPC que atua na produção e gestão de acervos documentais e bibliográficos que compõem a memória do Estado e também trabalha na promoção e difusão do livro e da leitura). Até 2010 também fazia parte da estrutura da SECULT o Instituto de radiodifusão Educativa da Bahia/IRDEB, que passou para a Secretaria de Comunicação. Com a reforma feita na segunda gestão da SECULT no governo de Wagner, tendo como secretário o pesquisador Albino Rubim, foi criado o Centro de Culturas Populares e Identitárias/CCPI, que executa, protege, promove e cria políticas de valorização e fortalecimento das manifestações populares e de identidade.

As ações na área de museus é de responsabilidade da DIMUS – Diretoria de Museus, que é vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural da Bahia. O modelo de gestão aplicado pela DIMUS articula seis núcleos: museologia, arte e educação, produção, administrativo, comunicação e montagem e expografia. Os espaços vinculados à DIMUS em Salvador são: o Solar Ferrão, Museu Tempostal,

Museu UdoKnoff de azulejaria e cerâmica e Museu do Palácio da Aclamação. No interior são o Museu do Recôncavo Wanderley Pinho e Parque Histórico Castro Alves. Os Museus de Arte Moderna, de Arte da Bahia e o Palacete das Artes, são geridos diretamente pelo IPAC.

O Conselho Estadual de Cultura (CEC) é um órgão do colegiado da SECULT, composto por 30 conselheiros (20 titulares e 10 suplentes) indicados por meio de eleição, atendendo a critérios que contemplem segmentos culturais, processos do fazer cultural e territorialidade. O CEC tem como finalidade contribuir para a formulação da política estadual de cultura, visa tornar-se um espaço de debate sobre cultura, promovendo eventos e encontros públicos, a exemplo do Ciclo de Debates sobre o Carnaval, o IV e o V Ciclos de Debates Sobre Políticas Culturais. Constituem o Conselho as câmaras temáticas de produção cultural contemporânea; de patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural; articulação e integração e política sócio-cultural.

A SECULT administra 17 espaços culturais na Bahia (Casas, centros culturais, teatros, cine-teatros), localizados em 13 municípios, que funcionam como espaços de produção e difusão. Atualmente, os espaços são geridos pela Diretoria de Espaço Culturais (DEC) da SECULT.
Os espaços geridos na capital são: o Espaço Xisto Bahia, o Cine-teatro Solar Boa Vista, a Casa da Música, o espaço Cultural Alagados e o Centro Cultural de Plataforma. No interior do Estado os espaços são: Cine-Teatro Lauro de Freitas, Teatro Dona Canô, Casa de Cultura de Mutuípe e os Centros de Cultura Adonias Filho, Alagoinhas, Amélio Amorim, ACM, Camillo de Jesus Lima, João Gilberto, Olívia Barradas, de Guanambi e de Porto Seguro.

> Entre 2007 e 2010, a SECULT promoveu avanços na gestão desses espaços, priorizando a ocupação de pautas para atividades artísticos-culturais. Este trabalho de dinamização gerou impactos positivos no que se refere à quantidade de eventos promovidos, público atingido e receita gerada. (Blog da DEC. 2013).[3]

A SECULT/BA desenvolve suas políticas a partir de quatro eixos estruturantes. São eles:

[3] http://espacosculturais.wordpress.com/about/acoes/. Acesso em .Acesso em 09 de dezembro de 2013.

1) Reconceituação da cultura

> Mudar o conceito significa mudar a forma de conceber e desenvolver políticas públicas. Significa entender o papel do Estado como estimulador da produção cultural e não como produtor. A cultura é produzida na sociedade e para ela a ação pública deve estar voltada, de modo a potencializar o seu desenvolvimento. (Relatório Secult – 2007/2010. p.17)[4]

2) Cultura e descentralização
3) Economia da cultura
4) Sistema de Cultura

As diretrizes atuais apontadas pela Secretaria de Cultura são:

a) Construção de uma cultura cidadã.
b) Aprofundamento da territorialização da cultura.
c) Fortalecimento da institucionalidade cultural
d) Crescimento da economia da cultura
e) Ampliação do diálogo intercultural
f) Alargamento das transversalidades da cultura[5]

Portanto, estabeleceu-se como principal desafio da SECULT mudar a forma de conceber e gerir a cultura na Bahia, sendo adotada a ampliação da compreensão de cultura, sendo entendida como toda produção simbólica de um povo.

Entre as iniciativas de destaque da SECULT no Governo Wagner, podemos citar as 358 Conferências Municipais de Cultura, 27 Conferências Territoriais de Cultura, 19 Conferências Setoriais e as 4 Conferências Estaduais de Cultura (instância de consulta, participação e controle social do Sistema Nacional de Cultura/SNC) eventos que a SECULT promove para o debate e a consulta da sociedade civil na construção de políticas públicas para a cultura**.**

Estes eventos mais abrangentes são importantes para o maior contato e interação de dirigentes, gestores e produtores culturais do município e do estado.

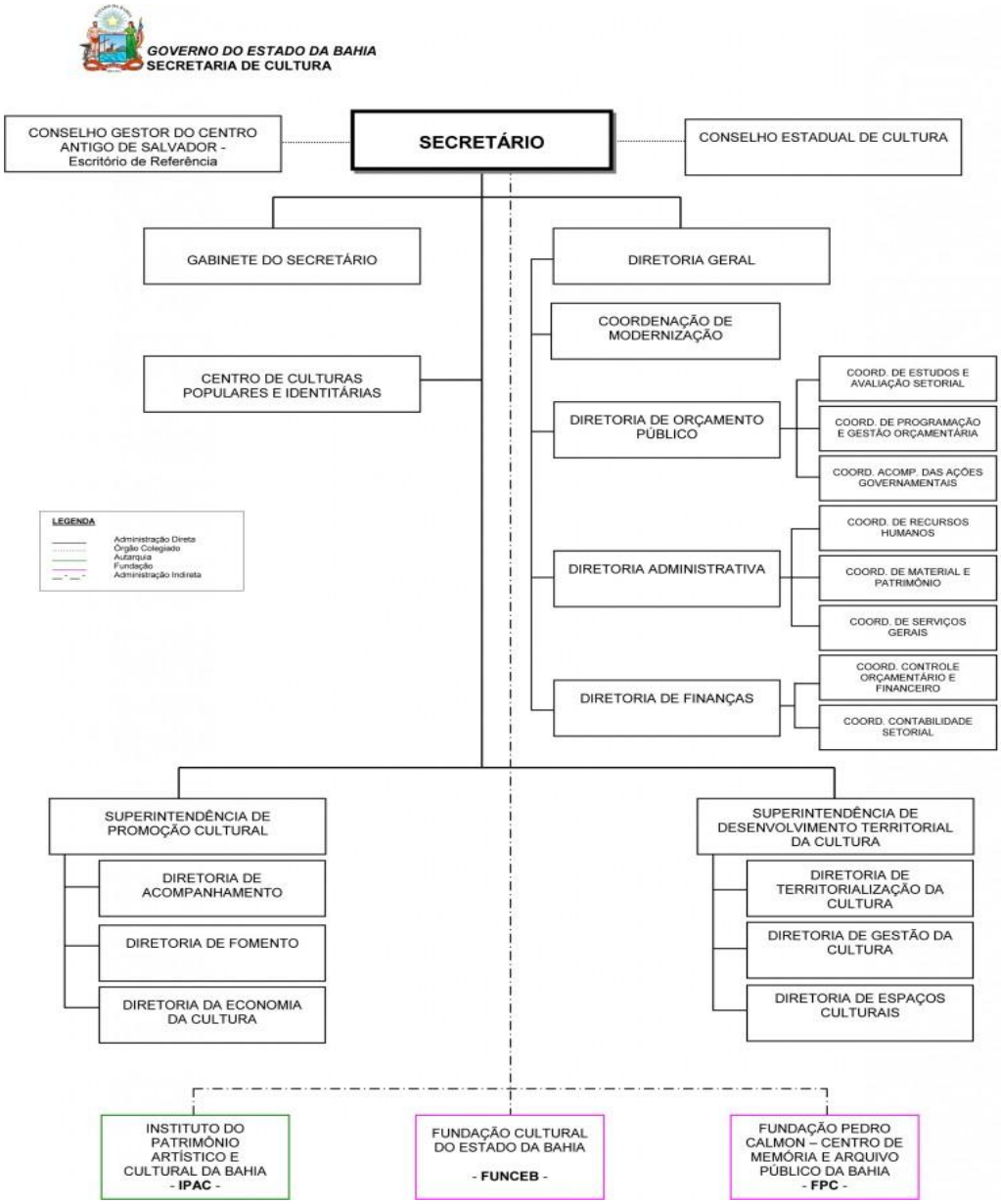
---

[4] http://www.cultura.ba.gov.br/2010/12/13/balanco-secultba-2007-2010/. Acesso em 19 de novembro de 2013.
[5] http://www.cultura.ba.gov.br/2010/12/13/balanco-secultba-2007-2010/. Acesso em 19 de novembro de2013.

Outro aspecto trabalhado pela Secretaria refere-se à capacitação de profissionais da cultura. O Programa de "Qualificação e Atualização em Cultura" capacitou gestores públicos municipais e agentes culturais.

> Importante também dizer que o alinhamento com o Ministério da Cultura e o apoio dos ministros Gil e depois Juca, como de todos daquele ministério, que foi um divisor de águas na política brasileira, foram fundamentais para a construção de nossas políticas e do pacto federativo na área da Cultura. (Discurso Final de Márcio Meirelles. 2010)[6]

Organograma da SECULT



[6] http://www.cultura.ba.gov.br/2011/01/25/discurso-de-transmissao-de-cargo-do-ex-secretario-de-cultura-marcio-meirelles/. Acesso em 19 de novembro de 2013.

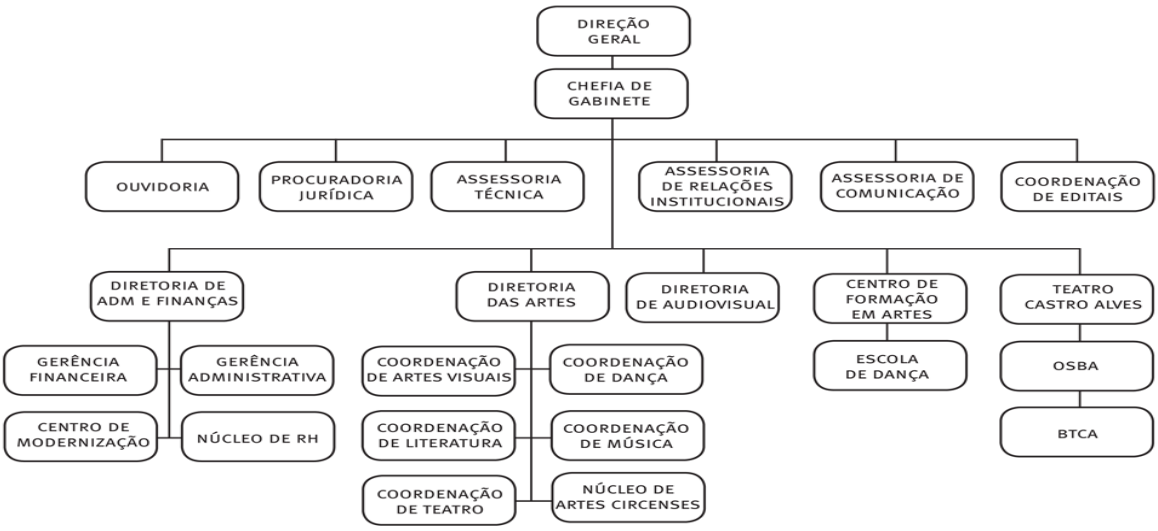
Fonte: SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA, 2013.[7]

Das três entidades vinculadas à SECULT/BA, interessa nesse trabalho destacar a FUNCEB, que foi criada em 1979 para ser responsável pelas políticas culturais das linguagens artísticas. A partir de 2007, a FUNCEB se modifica e passa a se tornar responsável pela criação, implementação de políticas específicas para as linguagens e pelos programas que promovem os momentos da cadeia produtiva das artes: formação, pesquisa, criação, difusão e memória.

A política de financiamento proposta pela SECULT/FUNCEB se baseia na criação de editais temáticos através do Fundo de Cultura do Estado da Bahia/FCBA, com a possibilidade de participação da sociedade civil. Possui também o Programa Estadual de Incentivo à Cultura (Fazcultura), além de projetos próprios. Estes mecanismos serão explicados mais a frente.

> Em sintonia com as diretrizes de um governo democrático, compete à FUNCEB promover a diversidade de expressões, criadores e públicos dos bens artístico-culturais, investindo na descentralização e na territorialização das ações e da distribuição de recursos. Além disso, a gestão da FUNCEB está alinhada à Lei Orgânica da Cultura da Bahia (Lei nº 12.365 de 30 de novembro de 2011), considerando a Política e o Sistema Estadual de Cultura, bem como as referências normativas e instrumentos que garantem a organização e o planejamento das políticas públicas para as Artes no estado.
> (FUNCEB. 2013.) [8]

[7] http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/organograma/. Acesso em 19 de novembro de 2013.
[8] http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/institucional/apresentacao. Acesso em 10 de outubro de 2013.



ORGANOGRAMA FUNCEB SIMPLIFICADO, 2012

Diante deste organograma, para melhor compreensão, é necessário destacar alguns setores. À diretoria geral da FUNCEB compete fazer cumprir a legislação; formular suas políticas e diretrizes; aprovar programas, planos e projetos; coordenar as atividades da FUNCEB e dialogar com organismos estaduais, nacionais e internacionais.

A diretoria da FUNCEB que propõe e gere as políticas para as linguagens é a Diretoria das artes/DIRART, as quais estão subordinadas cinco coordenações (artes visuais, música, teatro, literatura e dança) e um núcleo (artes circenses). A diretoria foi instituída a partir da Reforma Administrativa do Poder Executivo Estadual em 2011, realiza ações, projetos e programas de caráter transversal, dialogando com a Diretoria de Audiovisual, o Centro de Formação em Artes e o Teatro Castro Alves, que são órgãos vinculados à FUNCEB.

À Coordenação de Editais compete gerir a tramitação da formulação de concursos públicos, selecionando, contratando e acompanhando os projetos selecionados do Fundo de Cultura, em articulação com as coordenações das linguagens e a DIRART.

1.2 Políticas culturais para as artes visuais

Um dos grandes avanços nas políticas culturais do Brasil nos últimos anos foi a criação dos Colegiados setoriais nacionais, agregando valores e conceitos ao MinC

e à política cultural defendida pela instituição. O diálogo permanente do Estado com a sociedade produziu um documento bastante significativo que é o Plano Setorial Nacional de Artes Visuais.

O Plano Setorial de Artes Visuais está sendo elaborado desde 2005, pela Fundação Nacional de artes (Funarte). A proposta era fazer um levantamento e uma análise sobre questões importantes do setor de artes visuais, tendo como objetivo, formular propostas e subsidiar o Plano Nacional de Cultura. Primeiramente foi realizado o Seminário Nacional de Artes Visuais (2006), que reuniu mais de 50 representantes de todo país. Este serviu como plataforma de lançamento para a Câmara Setorial de Artes Visuais.Assim que foi criada, a Câmara realizou vários encontros para apontar diretrizes que pudessem servir para a construção de políticas públicas efetivas para o segmento. Essas diretrizes foram baseadas nos documentos apresentados pelos Fóruns Estaduais de todo o país, reuniões da câmara e Seminário Nacional de Artes Visuais. Depois de muitos encontros e reuniões, foram estabelecidos alguns eixos: Cultura e Educação/Cidadania pela Cultura; Cultura e Comunicação; Gestão Pública da Cultura; Dimensão Econômica da Cultura/ Financiamento da Cultura e Dimensão Simbólica da Cultura. Em seguida os conteúdos destes eixos foram distribuídos nas estratégias gerais do PNC: fortalecer a ação do Estado no planejamento e na execução de políticas culturais; Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira; universalizar o acesso dos brasileiros à fruição e à produção cultural; ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável e consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais. Espera-se deste documento um bom alicerce para as próximas etapas, de modo a permitir um sistema melhor estruturado para a cultura nacional. (Relatório final. Câmara Setorial de artes visuais. 2006)[9]

No documento, existe um diagnóstico das artes visuais no Brasil que destaca aspectos como:

a) Definição de campo – hoje as artes visuais incorpora diversas áreas de expressão, além das artes plásticas consideradas convencionais (pintura, escultura, desenho, gravura, objeto). Para a arte contemporânea, as

[9] http://www2.cultura.gov.br/site/wpcontent/uploads/2007/10/relatorio_final_artes_visuais_30_de_novembro.pdf. Acesso em 19 de novembro de 2013.

linguagens que compõem as artes visuais, abarcam campos diversificados como atividade artística visual no campo simbólico (fotografia, poesia visual, vídeo-arte, performance, instalação, dentre outros.); atividade artística visual economicamente orientada (design gráfico, quadrinhos, humor gráfico, dentre outros) e atividades discursivas no campo das artes visuais (história da arte, teoria, crítica da arte, curadoria).

b) cadeia produtiva – composta por profissionais que interagem direta ou indiretamente no sistema das artes (artistas, teóricos, críticos, curadores, professores, educadores, técnicos, administradores, produtores, colecionadores, patrocinadores, mão de obra especializada na utilização de materiais e o publico em geral) e profissionais que atuam em atividades voltadas para a produção em escala (design gráfico, paisagista, arquitetura, fotografia, tecelagem, arte em vidro, animação, dentre outros.)

c) Relações trabalhistas – Não há um modelo de organização corporativa predominante e as relações trabalhistas ainda não estão regulamentadas. Assim como se diversificam as formas de produção artística, faz-se necessário, mecanismos de comercialização da mesma, evoluindo também para a negociação de ideias e serviços, além de objetos e produtos. Em função disto, é necessária a criação de tabelas e pisos de remuneração que contemplem toda a cadeia produtiva e suas atividades.

d) Mercado de trabalho – Sobrevivência em diversas atividades: da venda do seu trabalho; atividades didáticas intelectuais em universidades/escolas; em instituições públicas como produtores/administradores/gestores; em empresas da área de publicidade/edição/design/programação; premiações através de editais/salões/eventos; contratação para realização de oficinas/palestras/cursos e outras atividades de natureza didática e atividades da cadeia produtiva que dá suporte técnico como fabricantes de resina/iluminadores/montadores. De forma geral o artista não consegue sobreviver diretamente de seu trabalho, agregando ao seu tempo de produção atividades de subsistência não relacionadas com as artes visuais.

e) Problemas e desafios – Por ser um setor de expansão, é grande a necessidade de ampliação das ações de fomento e fruição no campo das

artes visuais; outra característica relevante é a coexistência no país de variadas formas de produção no Brasil, desde as tradicionais como as contemporâneas; é necessário não só ampliar as ações, como também criar um programa de difusão e estimular a arte contemporânea sem excluir as demais formas de expressão.

f) Padrões negociais – Os padrões de negociação com o Estado tem se traduzido em projetos de fomento à produção artística, aos circuitos de intercambio, ao patrocínio ou apoio à exposições, à formação profissional, etc, todas essas ações se mostram ainda insuficientes, com alcance limitado aos grandes centros. É necessário que se estabeleçam políticas culturais que ampliem seu alcance a nível nacional, ocorrendo interações com todos os setores da economia, da política, etc**.**

Levando em consideração esse diagnóstico e os eixos, foram estabelecidos problemas, diretrizes, metas e linhas de ação, detalhando bastante a qualidade do documento apresentado. (Relatório final. Câmara Setorial de Artes Visuais. 2006).

No âmbito estadual, a SECULT/BA tem como objetivo na área de Artes Visuais promover o desenvolvimento do setor em sua diversidade criativa, por meio do incentivo à produção, formação e difusão, através de editais, projetos e ações.

A Coordenação de Artes Visuais da FUNCEB é responsável por coordenar políticas, programas e projetos que promovam, incentivem e desenvolvam a formação, a criação, a produção, a pesquisa, a difusão e a memória das Artes Visuais da Bahia, em sua diversidade criativa, tradicional e contemporânea. Ela é ainda responsável pela gestão, manutenção e programação da Galeria do Conselho de Cultura do Estado.

A política de financiamento proposta pela SECULT/FUNCEB se baseia em editais temáticos, com a possibilidade de participação de artistas, grupos, empresas da área; gestão do Programa Estadual de Incentivo à Cultura (Fazcultura) e do Fundo de Cultura da Bahia (Setorial de Artes Visuais, Matilde Matos de Apoio à curadoria e montagem de exposição, Giro das Artes Visuais e Fotografia Baiana), já citados anteriormente, além de projetos próprios (Salões de Artes Visuais da Bahia, Prêmio

Nacional de Fotografia Pierre Verger, Portas Abertas para as Artes Visuais, Salão de Design da Bahia e Diálogos Estéticos) além de oficinas.

Outro passo importante para o desenvolvimento das políticas culturais na Bahia é a formação dos Colegiados Setoriais das Artes da Bahia. A construção foi prevista na Lei Orgânica da Cultura da Bahia (Lei n°12.365 de 22 de novembro de 2011). A FUNCEB, órgão responsável pelos Colegiados, articulou a construção junto com a Sociedade civil baiana, em diversos encontros feitos na capital e nos interiores do Estado. O processo culminou no Encontro de Articulação Setorial – Construindo os Colegiados Setoriais das Artes da Bahia.

Em âmbito municipal, a gestão da cultura vive outra realidade, por não acompanhar o desenvolvimento e as políticas federais e estaduais. A Secretaria do Desenvolvimento, Turismo e Cultura e sua instituição vinculada, Fundação Gregório de Mattos (FGM), não possui fontes, relatórios, publicações, impossibilitando assim um aprofundamento sobre as políticas municipais na área da cultura. Pela inexistência de planejamento e continuidade, não é possível caracterizar as ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Salvador como política pública para a cultura. O atual presidente da FGM, Fernando Guerreiro, convocou uma plenária em 2013 para propor um debate entre a FGM, com a presença do Secretário de Desenvolvimento, Turismo e Cultura, Guilherme Bellintani e artistas e produtores culturais.

> A difícil tarefa de administrar um cenário complexo como o de Salvador, com problemas de organização social e urbana, torna-se um agravante para a atuação da FGM. A instituição de pequeno porte tem a responsabilidade de atender uma demanda que não corresponde à sua realidade estrutural e administrativo-financeira. (Nepomuceno. 2012. p. 7)

A FGM administra nove centros culturais na cidade, dentre os quais, três são bibliotecas, um arquivo público, dois museus, dois teatros –Teatro Gregório de Mattos; Espaço Cultural da Barroquinha; Casa do Benin; Museu da Cidade; Arquivo Municipal; Biblioteca Professora Denise Tavares e Biblioteca Reitor Edgar Santos.

A partir desde levantamento, podemos observar o abrangente campo das políticas culturais e indicar um breve histórico destas políticas no âmbito nacional, estadual e

municipal. Partimos agora para apresentar os mecanismos de fomento e financiamento para as artes visuais no Estado, no período de 2007 a 2013.

2. AS ARTES VISUAIS NA BAHIA: 2007 a 2013

2.1 A FUNCEB e a Coordenação de Artes Visuais

A gestão da cultura em nível estadual está a cargo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia/SECULT. Como dito anteriormente, a criação e a implementação de políticas culturais para as artes visuais é responsabilidade da Coordenação de Artes Visuais da Fundação Cultural do Estado da Bahia/FUNCEB, órgão vinculado à SECULT.

No cenário da cultura no âmbito estadual de 2007 a 2013, foram gestores culturais dois Secretários de Cultura – Márcio Meireles (2007 a 2010) e Albino Rubim (2011 a 2013); duas Diretoras da FUNCEB – Gisele Nussbaumer (2007 a 2010) e Nehle Franke (2011 a 2013) e quatro Coordenadores de Artes visuais da FUNCEB – Ayrson Heráclito (2007), Dilson Midlej (2007 a 2009), Luciana Vasconcelos (2010 a 2013) e Elaine Pinho (2013 até agora). Atualmente a Coordenação de Artes Visuais conta em sua estrutura com uma coordenadora, uma assessora e dois estagiários.

Segue tabela com os editais para as artes visuais entre os anos de 2007 a 2013.

TABELA 1 - Editais							
Edital	**Inscritos**	**SSA e RMS**	**Interior**	**Selecionados**	**SSA e RMS**	**Interior**	**Valor R$**
2007							
Portas Abertas para as artes visuais (concessão de pautas)	23	22	1	9	8	1	#
Salões Regionais de Artes Visuais da Bahia	81	50	31	62	#	#	39 mil
Salão de Design	31	27	4	4	4	0	20 mil
Diálogos Estéticos	8	3	5	4	2	2	60 mil

Giro das Artes Visuais - Circulação de exposições	#	#	#	3	#	#	#
Prêmio Matilde Matos - Apoio à montagem de Exposições	18	14	4	5	4	1	30 mil
2008							
Matilde Matos - Apoio à Curadoriae Montagem de exposições	59	46	13	10	6	4	280 mil
Salões Regionais de Artes Visuais da Bahia	198	120	78	106	#	#	45 mil
Portas Abertas para as Artes Visuais da Bahia	44	28	15	25	10	15	31,2 mil
Giro das Artes Visuais - Circulação de exposições	#	#	#	5	#	#	#
Prêmio Nacional de Fotografia Pierre Verger 2008/2009	154	*	*	1		*	60 mil
2009							
Salões Regionais de Artes Visuais	264	184	80	81	54	27	82,5 mil
Portas Abertas para as Artes Visuais	46	30	16	24	20	4	36 mil
Matilde Matos - Curadoria e Montagem de Exposições	40	29	11	8	6	2	330 mil
Fotografia Baiana - Publicação de ensaios fotográficos	16	2	4	3	2	1	160 mil
Giro das Artes Visuais - Circulação de exposições	26	18	8	4	2	2	160 mil
2010							
Salões Regionais de Artes Visuais	530	330	200	77	67	10	77, 5 mil
Prêmio Nacional de Fotografia Pierre Verger 2010/2011	109	*	*	1	*	*	60 mil

Matilde Matos - Curadoria e Montagem de Exposições	31	23	8	9	5	4	480 mil
2011							
Salões Regionais de Artes Visuais	226	159	67	75			63 mil
2012							
Salões de Artes Visuais	218	133	85	75	49	26	63 mil
Setorial Artes Visuais	128	80	48	28	20	8	750 mil
1ª chamada Calendário das Artes	106	#	#	5	1	4	546 mil (para todas as propostas)
2º chamada Calendário das Artes	105	#	#	3	0	3	559 mil (para todas as propostas)
Prêmio Nacional Pierre Verger 2012/2013	317	*	*	3	*	*	120 mil
2013							
Salões de Artes Visuais	463	325	138	108	87	21	105 mil
Portas Abertas para as artes visuais	74	64	10	14	11	3	53,2 mil
1ª chamada Calendário das Artes	863 (para todas as áreas)	#	#	7	2	5	637 mil (Para todas as áreas)
Setorial Artes Visuais	151	92	59	20	14	6	1 milhão
2ª chamada Calendário das Artes	A seleção será realizada em 2014						637 mil (Para todas as áreas)

Fonte: Relatório FUNCEB 2007/2008; Relatório FUNCEB 2009/2010; Relatório FUNCEB 2011; Site da FUNCEB e SECULT.

LEGENDA	
*	Os participantes selecionados são de todo o Brasil
#	Dados não encontrados

Podemos perceber o crescimento dos investimentos oferecidos para as artes visuais. De 2007 a 2013, o projeto Salões de Artes Visuais da Bahia teve um aumento de 40,95%, Portas Abertas para as artes visuais entre 2008 e 2013 teve um aumento de 16,59% e o Prêmio Pierre Verger de 100%.

Também houve um aumento no número de inscritos e selecionados oriundos do interior do Estado, apontando assim, meta alcançada do FUNCEB Itinerante – projeto que promove encontros com o objetivo de estabelecer contato com realidades de vários municípios diferentes, para a concepção de novas políticas públicas.

A FUNCEB realizou na área das artes visuais ações de pesquisa, de difusão e fomento. Ampliou-se o número de exposições e recursos financeiros disponibilizados, por meio dos editais.

Além dos editais, foram realizadas oficinas em parceria com a Fundação Nacional das artes (FUNARTE). Em 2012 foi realizada a Oficina de Fotografia Vernacular, ministrada por Titus Riedl e em 2013, a Oficina de Curadoria para as Artes Visuais, ministrada por Josué Mattos. As oficinas foram direcionadas para artistas visuais, pesquisadores, estudantes, curadores e críticos de arte.

2.2 Os principais projetos

2.2.1 Salões de Artes Visuais da Bahia

Criado em 1992, os Salões de Artes Visuais da Bahia é um projeto que tem como objetivo mostrar ao público a diversidade da produção atual baiana em artes visuais, estimular adivulgaçãodo trabalho dos artistas e propor uma reflexão sobre os temas da atualidade nessa área.

São realizadas exposições anuais, abertas à visitação pública em cidades do interior do Estado, além de serem acompanhadas de oficinas para a qualificação de artistas das localidades.

> A realização dos Salões de Artes Visuais da FUNCEB oportuniza aos diversos territórios da Bahia o contato com a produção de arte contemporânea, desde quando são poucas opções no circuito (nordeste) para a fruição dessa linguagem. O projeto mapeia a produção artística do Estado, na seleção e colabora com apoio/realização a essa produção, disponibilizando espaço montagem, equipe e principalmente divulgação, além da premiação.
> (Catálogo Salões de Artes Visuais da Bahia -2011/2012 – Lica Moniz de Aragão. p. 20)

A seleção é feita através de edital público e os proponentes podem se inscrever nas modalidades de arte e tecnologia, assemblage, cerâmica, colagem, desenho, design gráfico (ilustração, humor gráfico e quadrinhos), escultura, fotografia, grafitti, gravura, instalação, intervenção urbana, objeto, performance, pintura, tapeçaria e videoarte. Podem participar pessoas físicas, maiores de 18 anos, brasileiros natos ou naturalizados, além de estrangeiros com situação de permanência legalizada, domiciliados na Bahia.

Até 2011, o projeto era conhecido como *Salões Regionais de Artes Visuais da Bahia.* Para assumir uma representação múltipla e contemporânea, extrapolando referências e características das regiões, foi retirada a palavra *Regionais* do projeto.

Em 2013, o projeto comemorou 21 anos, se consolidando como um dos principais projetos culturais do Estado.

> Um dos principais objetos de incentivo à criação e difusão de produção artística e à dinamização dos espaços expositivos do interior do estado, quando houve, então, a mudança de nome para Salões de Artes Visuais da Bahia, assumindo uma representação mais múltipla e contemporânea, que extrapola referências e características regionais.(Site da FUNCEB)[10]

Na abertura de cada exposição, uma comissão de premiação seleciona 3 artistas que serão premiados em dinheiro (R$ 7 mil cada) e 2 menções honrosas. Há também o prêmio do público, definido através de votação. Além disso, cada expositor recebe um auxílio para o custeio da sua participação no valor de R$ 800.

---

[10] http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/projetos/saloes-de-artes-visuais-da-bahia. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

> As comissões de seleção e de premiação terão, entre seus membros, um profissional renomado de fora do estado da Bahia, possibilitando um olhar externo em relação à produção baiana, ampliando os critérios de análise para além de fatores regionais e ainda contribuindo para divulgar as Artes Visuais da Bahia junto a curadores e críticos de arte brasileiros.(Site da FUNCEB)[11]

A partir de 2012, posteriormente à realização de todos os salões do ano, é realizada uma exposição especial em Salvador com todos os premiados, além destes integrarem o Catálogo dos Salões de Artes Visuais da Bahia, publicação bianual de registro e divulgação do projeto.

Até 2012, as exposições eram realizadas em três cidades e os Salões ocupavam espaços geridos pela SECULT. Em 2013, o projeto foi ampliado para realizar exposições e atividades de formação em cinco cidades do Estado da Bahia, reforçando a dinamização dos espaços expositivos do interior, além de ocupar espaços culturais não-vinculados ao Estado.

> Os Salões Regionais da Bahia têm incentivado a produção de arte nos diversos territórios de Identidade, dando visibilidade para jovens artistas, suas pesquisas e experimentações. Também é um momento de encontro, nos Centros de Cultura, entre as obras e o público, que vai se tornando parte desse processo, na medida em que passa a exercitar esse olhar estético. (Catálogo Salões Regionais de Artes Visuais Bahia 2009/2010. Geovana Dantas. P. 21)

Em 2013, foram inscritas 463 propostas, das quais 108 obras foram selecionadas, feitas por 77 artistas diferentes. O projeto realizou mostras em Feira de Santana, reunindo 26 obras no Centro de Cultura Amélio Amorim; e em Teixeira de Freitas com 19 obras, no Centro de Cultura de Teixeira de Freitas. As mostras de Lençóis, Barreiras e Vitória da Conquista, que estavam programadas para acontecer até dezembro de 2013 foram remarcadas para 2014, atendendo aos Decretos nºs 14.682 e 14.710/2013, que determinam o contingenciamento no orçamento das secretarias e órgãos estaduais e estabeleceram medidas para a gestão de despesas e custeio, respectivamente, além de buscar a regularização de compromissos assumidos ao longo do período.

[11] http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/noticias/vitoria-da-conquista-recebe-encontro-de-mobilizacao-para-os-saloes-de-artes-visuais-da-bahia-2013. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

Em 2012 foram inscritas 218 propostas, 75 obras selecionadas, de 68 diferentes artistas. 37% das propostas foram oriundas do interior da Bahia. As mostras aconteceram nas cidades de Irecê, Jequié e Juazeiro e foram investidos R$ 63 mil em premiações. Integraram também na programação dos Salões, a realização de atividades formativas, através de cursos de qualificação em História da arte e Processos criativos contemporâneos nas três cidades sede dos Salões. O número de participantes foi de 58 artistas e teve investimento total de R$26.640,00.

Em 2011 foram inscritas 226 propostas, sendo 159 da Região Metropolitana de Salvador e 67 de outros Territórios de Identidade da Bahia. Foram escolhidas 75 obras para compor as três edições dos*Salões*, que aconteceram em Valença, Porto Seguro e Alagoinhas.

Entre 2007 e 2010, através do Edital *Salões Regionais de Artes Visuais*, a Fundação Cultural realizou doze exposições, premiando cerca de 70 artistas de diversos Territórios de Identidade baianos.

TABELA 2 - Salões de Artes Visuais

Data	Local	Cidade	Público
2007			
04/09 a 03/10/ 2007	Centro de Cultura João Gilberto	Juazeiro	1400
26/10 a 24/11/2007	Centro de Cultura Amélio Amorim	Feira de Santana	950
13/12/2007 a 11/01/2008	Centro de Cultura Antônio Carlos Magalhães	Jequié	400
2008			
04/07 a 17/08/2008	Centro de Cultura de Alagoinhas	Alagoinhas	932
29/08 a 12/10/2008	Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima	Vitória da Conquista	4143
10/10 a 23/11/2008	Centro de cultura Adonias Filho	Itabuna	1608
2009			
17/07 a 30/08/2009	Centro de Cultura Olívia Barradas	Valença	1399
21/08 a 04/10/2009	Centro de Cultura João Gilberto	Juazeiro	835
2010			

11/06 a 25/07/2010	Centro de Cultura Amélio Amorim	Feira de Santana	150
09/07 a 22/08/2010	Centro de Cultura Antônio Carlos Magalhães	Jequié	250
13/08 a 26/09/2010	Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima	Vitória da Conquista	2647
2011			
14 de outubro a 27 de novembro de 2011	Centro de Cultura Olívia Barradas	Valença	#
28 de outubro a 11 de dezembro de 2011	Centro de Cultura de Porto Seguro	Porto Seguro	#
09 de dezembro a 29 de janeiro de 2011	Centro de Cultura de Alagoinhas	Alagoinhas	#
2012			
27 de julho a 8 de setembro de 2012	Espaço ISI	Irecê	1.777
17 de agosto a 30 de setembro de 2012	Centro de Cultura Antônio Carlos Magalhães	Jequié	555
21 de setembro a 4 de novembro de 2012	Centro de Cultura João Gilberto	Juazeiro	2.936
2013			
26 de julho a 8 de setembro de 2013	Centro de Cultura Amélio Amorim	Feira de Santana	2.000
16 de agosto a 29 de setembro de 2013	Centro de Cultura de Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	5.300
*	Casa Afrânio Peixoto	Lençóis	*
*	Palácio das Artes	Barreiras	*
*	Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima	Vitória da Conquista	*

Fonte: Relatório FUNCEB2007/2008 - Relatório FUNCEB 2009/2010 e site da FUNCEB.

LEGENDA	
*	Ainda não foi realizado
#	Dados não encontrados

Destaques para as mudanças no Salão são o aumento significante de público visitando os Salões de Artes Visuais da Bahia, tendo em 2013, um recorde de visitação de 5.300 pessoas num espaço adaptado para o Salão em Teixeira de Freitas; a ampliação das edições; a possibilidade de realizações de exposições dos Salões em espaços que não são geridos pela SECULT e a realização dos Catálogos bianuais e aplicação destes no site da FUNCEB.

2.2.2 Prêmio Nacional de fotografia Pierre Verger

Tabela 3 - Prêmio de fotografia Pierre Verger

Edição	Inscritos	Selecionados	Valor
2003/2004		1	R$ 60 mil
2005/2006		1	R$ 60 mil
2008/2009	154	1	R$ 60 mil
2010/2011	109	1	R$ 60 mil
2012/2013	317	3	R$ 120 mil

Fonte: Site da SECULT e da FUNCEB

Criado em 2002, o Prêmio Nacional de Fotografia Pierre Verger é um concurso bianual de fotografia. É um dos maiores concursos para trabalhos fotográficos do Brasil, além de conceder um dos mais significativos prêmios financeiros para artistas desta linguagem no país. O prêmio tem como objetivo incentivar, divulgar e valorizar a produção fotográfica brasileira, conferindo premiações a conjuntos de obras de temática e técnica livres.

Até sua 4ª edição, o concurso concedia prêmio único a um conjunto fotográfico de temática e técnica livres, para condecoração no valor de R$ 30 mil, somada a apoio financeiro para a realização de uma exposição individual em Salvador e publicação de um catálogo com o ensaio, totalizando então um investimento de R$ 60 mil.

Em 2012/2013, na sua 5ª edição, teve uma ampliação significativa: são R$ 120 mil distribuídos em três categorias – “Livre Temática e Livre Técnica”; “Fotografia Documental” e “Trabalhos de Inovação e Experimentação na Área de Fotografia”, transformando o prêmio original, em suas mesmas condições, na categoria “Livre Temática e Livre Técnica”, e criando dois novos prêmios de R$ 30 mil para as outras duas modalidades. Esta conquista foi resultado de um diálogo entre a classe de fotógrafos com a FUNCEB e a SecultBA.

O edital é aberto para fotógrafos brasileiros ou estrangeiros com situação de permanência legalizada, residentes em qualquer estado do país, que devem apresentar um projeto ainda não premiado no Brasil nem no exterior e a seleção é feita por uma comissão composta por três profissionais da Bahia e dois de outras localidades, todos indicados através de fóruns representativos do setor.

Na 1º edição do prêmio (2003/2004) e na 2º edição (2005/2006) foram premiados os fotógrafos Márcio Lima e Rodrigo Albert, respectivamente, com as obras *Gente e costumes da Bahia* e *Costumes e Ofícios*, *Gentes e Lugares* e *Mitos.*

Na 3º edição (2008/2009), registraram-se 154 inscrições de 16 estados brasileiros. Uma comissão formada pelos fotógrafos Edgard Oliva, Márcio Lima e Titus Riedl selecionou o fotógrafo brasiliense Leonardo Costa Braga, que publicou um catálogo e realizou a exposição *Homogenia* no Palácio Rio Branco.

Na 4º edição (2010/2011), registraram-se 109 conjuntos fotográficos, sendo 44 da Bahia e 65 de outros estados. A comissão foi formada por José Carlos Mamede, Leonardo Costa Braga e Sérgio Burgi e selecionaram o fotógrafo mineiro Pedro David, que publicou um catálogo e realizou a exposição *O Jardim*, exibida no Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM-BA).

Na 5º edição (2012/2013), foram 317 propostas inscritas oriundas de 19 Estados do Brasil. A comissão foi composta por Dirceu Maués, Emanoel Castro Oliveira, Marcelo Rezende, Pedro David e Rodrigo Rossoni, que selecionaram na categoria “Livre Temática e Livre Técnica” o fotógrafo paulista André Penteado, com a obra *O Suicídio de meu pai;* em “Fotografia Documental” o artista André Hauck com a série *Desvios* e em “Trabalhos de Inovação e Experimentação na Área de Fotografia”, a fotógrafa Letícia Lampert com o ensaio *Conhecidos de vista.*

2.2.3 Portas Abertas para as Artes Visuais

Criado em 2008, o projeto Portas Abertas para as Artes Visuais tem como objetivo apoiar a difusão da produção de Artes Visuais da Bahia, além de dinamizar e qualificar a ocupação de espaços culturais públicos. Ele promove um edital para selecionar exposições e intervenções em Artes Visuais para os espaços culturais geridos pela SecultBA.

O projeto é articulado entre a Coordenação de Artes Visuais da FUNCEB e a Diretoria de Espaços Culturais (DEC) da Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (Sudecult/SecultBA).

A Seleção é feita através de um edital e este é aberto para pessoas físicas, brasileiros natos ou naturalizados, além de estrangeiros com situação de permanência legalizada, domiciliados na Bahia. As propostas podem ser individuais ou coletivas, de temática livre. As exposições podem ser das modalidades de arte e tecnologia, assemblage, cerâmica, colagem, desenho, design gráfico (ilustração, humor gráfico e quadrinhos), escultura, fotografia, graffiti, gravura, instalação, objeto, performance, pintura, tapeçaria e videoarte e as Intervenções, podem ser trabalhos de instalação, performance, site specific, arte e tecnologia, videoarte, videomapping, intervenções de graffiti, dentre outros.

As edições de 2008 e 2009 eram unicamente voltadas para exposições. Em 2009, o edital disponibilizou R$ 36 mil, com prêmios de R$ 1,5 mil. Foram recebidas 44 inscrições e selecionados 13 projetos, sendo oito para galerias de Salvador (Galeria do Conselho, Pierre Verger e Foyer do Espaço Xisto Bahia) e cinco para galerias de Centros de Cultura de Itabuna (Centro de Cultura Adonias Filho), Alagoinhas (Centro de Cultura de Alagoinhas), Feira de Santana (Centro de Cultura Amélio Amorim) e Vitória da Conquista (Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima).

Entre 2010 e 2012 a FUNCEB manteve uma chamada pública para ocupação das galerias, sem apoio financeiro.

O projeto retomou em 2013 e disponibilizou R$ 57 mil para conceder R$ 3,8 mil para cada selecionado. Neste ano o projeto recebeu 74 propostas e selecionou 14

propostas de exposições e intervenções em seis espaços de Salvador: Galeria do Conselho, Casa da música, Centro Cultural Plataforma, Cine-Teatro Solar Boa Vista, Espaço Cultural Alagados e Espaço Xisto Bahia.

No biênio 2011/2012, a ocupação dos espaços expositivos gerenciados pela FUNCEB, se deu através da cessão de pautas gratuitas. Foram realizadas 21 exposições diferentes na Galeria do Conselho, no Foyer do Espaço Xisto Bahia e na Casa da música.

2.2.4 Diálogos Estéticos – Apoio à curadoria de Artes Visuais no Estado da Bahia

Diálogos Estéticos é um edital de 2007, de apoio à curadoria de Artes Visuais no Estado da Bahia. O objetivo deste é selecionar e premiar projetos inéditos de curadoria para realização de exposições, na capital e no interior, envolvendo acervos públicos e/ou particulares, inclusive os religiosos. O edital só aconteceu uma única vez e foram selecionadas duas exposições da artista boliviana Sandra de Berduccy, intituladas Wakaychas.

2.2.5 Salão de Design

O Salão de Design foi criado em 2007 com o intuito de incentivar a produção artística e a reflexão na área de design no Estado da Bahia. A primeira e única edição do Salão de Design, evento resultante do edital de fomento às Artes promovido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, contou com 17 trabalhos nas modalidades de desenho gráfico, produto e web, onde quatro dos selecionados foram premiados, recebendo um total de R$20 mil, sendo R$ 5 mil para cada. A comissão julgadora foi composta pelos designers Maria Helena da Silva, Bárbara Almeida e Enéas Guerra. Durante o Salão, foram realizadas oficinas e workshops ministrados pelos designers participantes.

2.3 Fundo de Cultura/FCBA: Os editais específicos

O Fundo de Cultura da Bahia/FCBA foi criado em 2005 com o intuito de incentivar a produção artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos culturais do Estado. São apoiados projetos nas áreas de música, artes cênicas, artes plásticas e gráficas, cinema, vídeo e fotografia, literatura, folclore, artesanato, museus, bibliotecas e arquivos, patrimônio cultural, além de saberes e fazeres, apresentados por artistas, produtores e gestores culturais residentes na Bahia.

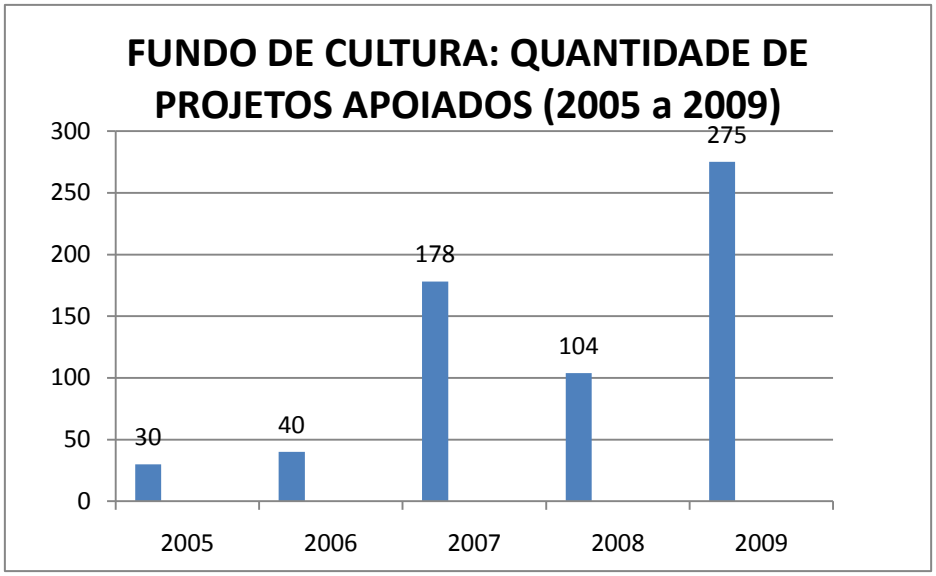
O FCBA é o instrumento legal que garante que uma parcela da arrecadação do Estado deverá ser investida na área da cultura. Os projetos apoiados, apesar da importância e do significado, deve possuir baixo apelo mercadológico, projetos que possuem dificuldade na obtenção de patrocínio junto à iniciativa privada ou na sua sustentabilidade autônoma.

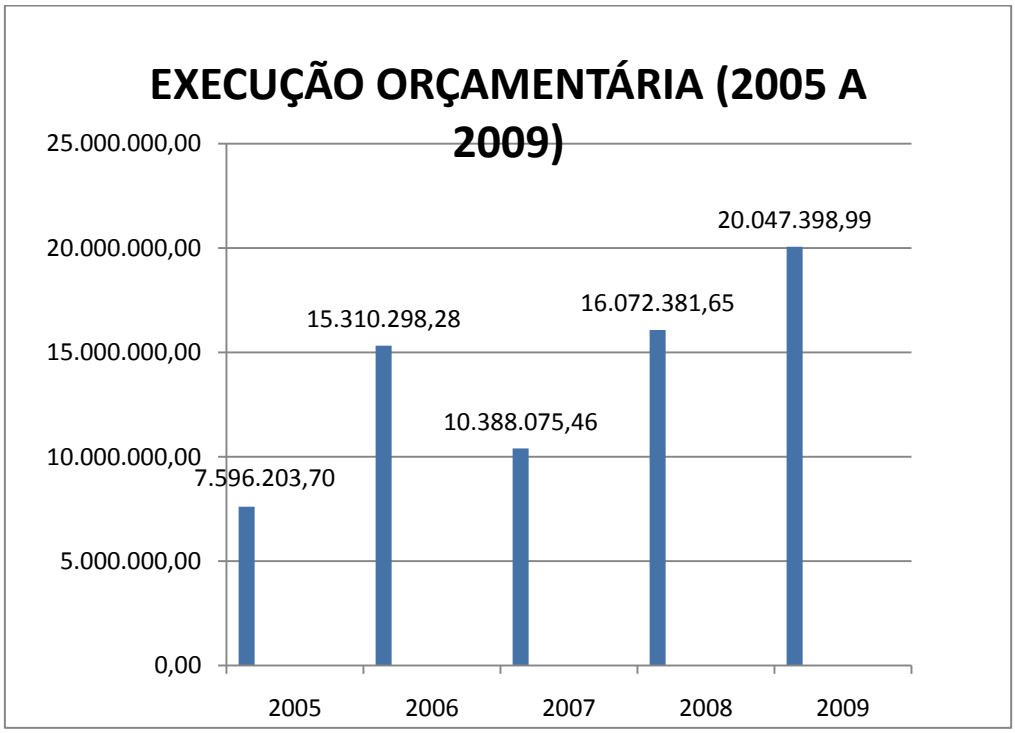
Em 2007, os critérios de seleção do FCBA foram reformulados com o objetivo de descentralizar os recursos, promovendo a ampliação do número de projetos beneficiados e uma distribuição mais equilibrada entre a capital e o interior do estado. As entidades da SecultBA passaram a lançar editais com recursos do FCBA, descentralizando a execução e comissões do Fundo.

Desde 2008, os recursos do Fundo de Cultura passaram a ser integralmente destinados a projetos da sociedade civil. O Fundo abrange três linhas de apoio: seleções públicas, demanda espontânea e apoio à ação continuada de instituições culturais.

A partir de 2012, os editais do FCBA ganharam novo formato, e deixaram de ter categorias pré-estabelecidas, estando abertos para qualquer tipo de proposta de acordo com a linguagem artística ou tema relevante para a SECULT. Os editais Prêmio Matilde Matos, Giro das artes visuais e Fotografia Baiana foram absorvidos no Edital Setorial de artes visuais.

Abaixo estão dois gráficos sobre a quantidade de projetos apoiados; a execução orçamentária de 2007 a 2013 e algumas explanações sobre os editais apoiados pelo FCBA.





Fonte: Relatório Secult – 2007/2010

2.3.1 Edital Setorial de artes visuais

A partir de 2012 foram criados editais setoriais para cada linguagem. O Edital Setorial de Artes Visuais tem como objetivo apoiar propostas culturais na área das artes visuais, estimulando as diversas ligações da rede produtiva do setor e ações que dialoguem com outros segmentos. O edital abre possibilidade para a realização

de quaisquer tipos de projetos relacionados à criação, pesquisa, formação, produção, difusão, circulação e memória das artes visuais.

Podem ser proponentes, pessoas físicas e jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas na Bahia há pelo menos 3 anos.

A análise das propostas é feitas por comissões de seleções formadas por profissionais de atuação reconhecida na área. A composição destas foi feita por indicações do Conselho de Cultura, representantes oficiais da sociedade dentro da política da cultura e de consulta pública.

> A experiência de se deparar com tão diversificadas propostas é sempre enriquecedora. Senti um grande avanço no conteúdo do edital, a desburocratização em relação aos documentos, o que, creio, gera maior acesso e viabilidade na fase da inscrição. A forma como a seleção foi organizada, desde a consulta pública para a composição da comissão à logística do pessoal de apoio e às orientações de como proceder no momento da seleção, qualificou os procedimentos. Claro que sempre há o que melhorar, mas essa melhora é progressiva quando se quer ampliar e qualificar a política pública cultural de um Estado ainda tão jovem como é na Bahia. Priscila Lolata

Em 2012, foram investidos R$ 750 mil no Edital Setorial de Artes Visuais, com teto de R$100 mil por proposta. Foram inscritos 105 projetos e selecionados 15.

Em 2013, o aporte financeiro foi de R$ 1 milhão, com teto de R$ 150 mil por projeto, ou seja, aumento de 33% em relação aos R$ 750 mil de 2012. Foram inscritas 151 propostas, sendo 20 pré-selecionadas de vários municípios da Bahia. A comissão de seleção foi composta por Anabel Mascarenhas, Cintia Guimarães, José Mamede, Marcelo Rezende, Marcos Costa, Mauricio Alfaya e Luciana Vasconcelos.

Tabela 4 - Setorial de Artes Visuais				
2012				
Projetos Incritos: 258				Recursos
Salvador nº	Salvador %	Outras cidades nº	Outras cidades %	R$ 750 MIL
69	66,35	35,00	33,65	
Projetos Selecionados: 15				
Salvador nº	Salvador %	Outras cidades nº	Outras cidades %	
11	73,33	4,00	26,67	

2.3.2 Prêmio Matilde Matos– Apoio à Curadoria e Montagem de Exposições no Estado da Bahia

O Edital Matilde Matos foi criado em 2007 com objetivo incentivar a pesquisa e a produção artística em artes visuais no Estado da Bahia. O projeto visa realizar projetos de curadoria e de montagem de exposições.

Em 2007 e 2008 premiou 15 artistas nas categorias de Apoio a Montagem de Exposições e Apoio a Curadoria com um total de R$ 310 mil. Em 2007, o investimento total foi de R$ 30 mil e em 2008 foram selecionadas 10 propostas para a curadoria e montagem e o investimento foi de R$ 280 mil.

Nos anos de 2009 e 2010, o edital recebeu 71 inscrições e selecionou 17 propostas, sendo 11 da capital e 6 do exterior. Em 2009, houve uma mudança e o edital começou a aceitar propostas ligadas à ilustração, humor gráfico, quadrinhos, design de produtos, design de moda e webdesign.

Em 2010, o montante total foi de R$ 480 mil, incluindo a categoria “Mestre das artes visuais” no valor de até R$ 100 mil, categoria esta que foi criada para incentivar os artistas baianos reconhecidos publicamente pela contribuição de sua obra para o desenvolvimento da produção cultural no Estado, além de quatro projetos receberem apoio na curadoria no valor de até R$ 40 mil, outros quatro na categoria “montagem”, no valor de R$ 20 mil e dois projetos selecionados para montagem de exposição no MAM, recebendo o valor de até R$ 20 mil, cada.

2.3.3 Giro das Artes Visuais – Apoio à Circulação de Exposições no Estado da Bahia

O projeto Giro das Artes Visuais foi criado em 2007, com o intuito de descentralizar as ações das artes visuais no Estado da Bahia e promover a circulação de acervos públicos nos Centros Culturais do interior do Estado.

Em 2007 e 2008, o projeto levou 8 exposições para 8 cidades do interior, promovendo a circulação desses acervos.

Tabela 5 - Giro das artes				
Exposição	**Data**	**Local**	**Cidade**	**Público**
2007				
Pierre Verger	14/11 a 02/12/2007	Centro de Cultura João Gilberto	Juazeiro	150
Art Zone – MAM	23/11 a 10/12/2007	Centro de Cultura de Porto Seguro	Porto Seguro	150
O Flagrante - Anízio de Carvalho	29/11 a 16/12/2007	Centro de Cultura Olívia Barradas	Valença	200
2008				
Pierre Verger	10/03 a 10/06/2008	Centro Cultural Dannemann	São Félix	884
Pierre Verger	29/10 a 13/11/2008	Centro de Cultura de Porto Seguro	Porto Seguro	412
O Flagrante - Anízio de Carvalho/Ninho Reia	20/11 a 07/12/2008	Centro de Cultura Antônio Carlos Magalhães	Jequié	2086
YankaRudzka	21/11 a 21/12/2008	Centro de Cultura Olívia Barradas	Valença	580
Pierre Verger	28/11 a 13/12/2008	Centro de Cultura Adonias Filho	Itabuna	489

Fonte: Relatório FUNCEB – 2007/2008

Em 2009, com a demanda de contemplar um número maior de cidades do interior, o edital foi ampliado, propondo a circulação de cada projeto por pelo menos dois Territórios de Identidade da Bahia. Neste ano o Giro circulou entre São Félix, Monte Santo, São Felipe, Paulo Afonso e Cachoeira. Este edital recebeu 26 inscrições, tendo selecionado quatro projetos de circulação de exposições que receberam cada um, apoio no valor de R$ 40.000,00.

2.3.4 Fotografia Baiana – Apoio à Publicação de Ensaios Fotográficos no Estado da Bahia

O Edital Fotografia Baiana foi criado em 2009 com o intuito de incentivar a pesquisa e difusão da área da fotografia no Estado da Bahia. Ele previa apoio para a publicação de catálogos de ensaios fotográficos inéditos, de livre temática e de

autoria de fotógrafos residentes no estado da Bahia. Em 2009, foi disponibilizado R$ 180 mil e teve 16 propostas inscritas e 3 selecionadas – duas da capital e uma do interior. O projeto só foi realizado uma vez, no ano em que foi criado.

2.4 Calendário das Artes da FUNCEB

O Calendário das Artes é o resultado da simplificação, ampliação e territorialização do *Calendário de Apoio a Projetos Culturais*, que a FUNCEB realizou entre os anos de 2008 e 2011. Este edital foi concebido através de um processo de diálogo com a sociedade civil nos encontros que a FUNCEB veio realizando nos últimos anos, Na capital e no interior do Estado.

É um concurso para a seleção de propostas que estimulem o desenvolvimento das artes nos diversos Territórios de Identidade do Estado. Busca garantir a simplificação, a ampliação e a territorialização da distribuição de recursos para a produção de projetos culturais de pequeno porte. Concedendo prêmios de até R$ 13 mil, o Calendário das Artes contempla as áreas de artes visuais, audiovisual, circo, dança, literatura, música, teatro e artes integradas e é feito de forma calendarizada e territorializada. Os proponentes podem ser pessoas físicas ou jurídicas que residam e sejam estabelecidas na Bahia.

O edital também tem como finalidade, organizar as solicitações e a distribuição de recursos ao longo do ano, por isso, ele é lançado em chamadas. A avaliação dos projetos é feita de forma territorializada e com comissões de seleção específicas de cada Macroterritório e formadas, além de membros do Estado, por representantes locais e de diferentes origens dentro do estado, escolhidos através de consulta pública e a entidades artísticas e culturais das diferentes regiões.

> O Calendário das Artes prioriza propostas oriundas e/ou realizadas em benefício de populações com menor acesso a produtos culturais e que privilegiem a diversidade cultural, contemplando as mais diversas ideias de artistas, grupos e produtores, amadores ou profissionais: toda a gente que

faz ou promove arte na Bahia, em sua extensa escala de possibilidades e expressões. (SECULT)[12]

Somando os números das duas Chamadas do Calendário das Artes em 2012 e da 1ª Chamada do Calendário das Artes 2013, a FUNCEB disponibilizou R$ 1,742 milhão para a execução de 135 projetos, selecionados dentre um total de 2.639 inscritos, e oriundos de 70 municípios, contemplando todos os 27 Territórios de Identidade do Estado.

Tabela 6 - Calendário das Artes		
HABILITADOS/ 1º chamada 2012		
Proposta	**Área**	**Macroterritório/Município de origem**
Fotografia Cidadã	artes visuais	Macroterritório 1/Porto Seguro
Cajazeirarte	artes visuais	Macroterritório 2/Salvador
Educanarte - "Grafite a arte que educa"	artes visuais	Macroterritório 3/Serrinha
Largo Jardim	artes visuais	Macroterritório 4/Rio de contas
Caminhos da arte	artes visuais	Macroterritório 4/Jacobina
HABILITADOS/ 2º chamada 2012		
Arte cidadania: Valorizando a 3º idade	artes visuais	Macroterritório 3/Euclides da Cunha
Cor viva	artes visuais	Macroterritório 5/Bom Jesus da Lapa
Outros Olhares	artes visuais	Macroterritório 6/ Amargosa

Fonte: Site da FUNCEB

[12] www.fundacaocultural.ba.gov.br/calendariodasartes. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

Tabela 7 - Calendário das Artes		
HABILITADOS/ 1º chamada 2013		
Proposta	**Área**	**Macroterritório/Município de origem**
Intervenção Urbana: Por uma Ilhéus mais viva	artes visuais	Macroterritório 1/ Ilhéus
Bordar os sonhos: Oficina de bordado	artes visuais	Macroterritório 2/Salvador
Revestmento Mosaico III	artes visuais	Macroterritório 2/Salvador
Orilumi: Ações artísticas com origamis iluminados	artes visuais	Macroterritório 2/Muniz Ferreira
Oficina Escultura de Busto	artes visuais	Macroterritório 3/Paulo Afonso
Tangência	artes visuais	Macroterritório 4/ Rio de Contas
Modos de fazer o cotidiano no Alto Sertão	artes visuais	Macroterritório 5/Tanque Novo

Fonte: Site da FUNCEB

O Calendário das artes contemplou segmentos diferentes das artes visuais como escultura, graffiti, pintura, intervenções e fotografia e possibilitou o cumprimento de realizações de projetos nas diversas localidades do Estado da Bahia.

2.5 FazCultura

O FAZCULTURA foi criado em 1996 e é uma parceria entre a Secretaria de Cultura do Estado – SECULT e a Secretaria da Fazenda – SEFAZ. O mecanismo integra o Sistema Estadual de Fomento à Cultura, composto pelo Fundo de Cultura da Bahia – FCBA, Credifácil Bahia (em parceria com o Desenbahia) além das linhas especiais de apoio, como os Pontos de Cultura e o Carnaval Ouro Negro. O objetivo do mecanismo é promover ações de patrocínio cultural por meio de renúncia fiscal, contribuindo para o aumento e estímulo do desenvolvimento cultural da Bahia, além

de possibilitar às empresas patrocinadoras, de terem seus nomes associados à imagem das ações culturais. Através do programa, é possível financiar a atividade cultural, mediante abatimento de 5% a 10% do ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - a recolher, no limite de até 80% do valor total do projeto cultural. Para ser efetuado o abatimento, a empresa patrocinadora precisa contribuir com recursos próprios de no mínimo 20% dos recursos totais transferidos ao projeto.

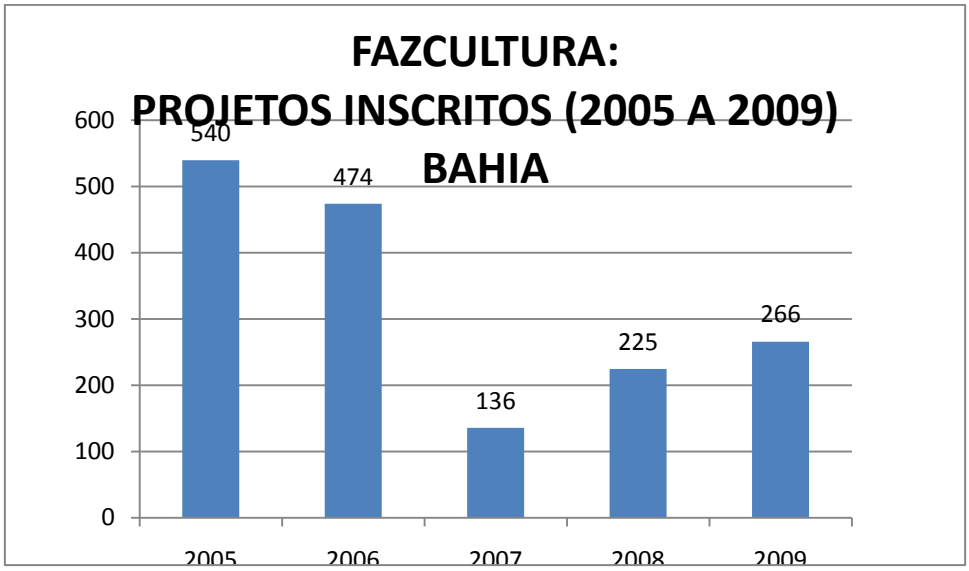
Tabela 8–FazCultura	
Faixas de Dedução do ICMS por perfil	
Faturamento da empresa patrocinadora	**Teto de abatimento**
Até R$ 9,6 milhões	10% do ICMS arrecadado
Até de R$ 9,6 milhões a R$ 19,2 milhões	7,5% do ICMS arrecadado
Acima de R$ 19,2 milhões	5% do ICMS arrecadado

Fonte: SECULT

Ao ter seu projeto aprovado pela Comissão Gerenciadora do programa, o proponente deve buscar uma empresa patrocinadora e esta receberá abatimento no imposto sobre o ICMS.

Em 2012, o FAZCULTURA ampliou o seu alcance e passou a contemplar todas as expressões e os bens de natureza material e imaterial discriminados no art 3º da Lei Orgânica da Cultura – Lei 12.365. Em 2013 foram disponíveis R$ 15 milhões de incentivo fiscal para todas as áreas culturais. A partir de 2013 as inscrições dos projetos são feitas pela internet através do Clique Fomento.

Os proponentes podem ser pessoas jurídicas ou físicas, com atuação na área da cultura e domiciliadas no Estado da Bahia.



Fonte: Relatório Secult – 2007/2010

Como consta na tabela acima, com o fortalecimento do investimento direto do Estado a partir de 2007, houve uma diminuição na procura pelo Fazcultura**.** Em 2009 foi registrado um curto aumento nas áreas de música e artes cênicas. O número de projetos na área das artes visuais ainda é muito reduzido. Em 2011 foram aprovados 5 projetos na área de Artes Plásticas, gráficas e de fotografia.

Tabela 9–FazCultura					
2011					
Título da Projeto	Proponente	Valor Total Faz Cultura	Incentivo Fiscal	Rec próprios patrocinadores	Incentivo de Fiscal já concedido
IndigoParis...e digo Bahia!	Juliana Rabinovitz	172.433,00	137.947,40	34.486,60	130.800,00
Visio Ponto 2011	Andrea Rios May	213.300,00	170.640,00	42.660,00	170.640,00
Kislansky Cerâmicas - Argilas do Brasil	Israel Kislansky	396.917,00	317.533,00	79.383, 40	253.533, 60
Fortes-Arquitetura, História e Arte	Leopoldo Guilherme Baruch Bokor	113.500,25	79.383,40	*	*

Cultura Baiana Expressa	Argueiro Veloso Comunicações e Associações Ltda.	100.012,00	80.009,60	20.002,40	

2.6 A visão dos artistas

Como apresentado nos tópicos anteriores, as políticas culturais para as artes visuais na Bahia, no período de 2007 a 2013 são o objeto principal de análise deste trabalho. Para o desenvolvimento da área através dessas políticas foram criados mecanismos de fomento, projetos e programas de ação direcionados a sociedade civil de modo geral e aos produtores e artistas em particular.

Para uma análise de como se encontra esse cenário hoje, dez artistas visuais foram entrevistados no período de 2 de dezembro de 2013 a 15 de janeiro de 2014. Todos os artistas entrevistados participaram de algum projeto e/ou utilizaram algum mecanismo de financiamento disponibilizado pelo Governo do Estado da Bahia entre 2007 a 2013.

A proposta de realização de uma entrevista para este trabalho foi enviada para 64 artistas de todos os Macroterritórios da Bahia. Contudo, a aderência maior foi do Macroterritório2, mais precisamente da cidade de Salvador.
Seguem os nomes, o segmento, o tempo de atuação e a cidade de origem de cada entrevistado.

Tabela 10– Entrevistados

NOME ARTÍSTICO	SEGMENTOS ARTÍSTICOS NAS ARTES VISUAIS	TEMPO DE ATUAÇÃO	CIDADE NATAL
Adalberto Alves	Desenho, pintura, gravura, vídeo e instalação	Há 16 anos	Salvador
André França	Fotografia Contemporânea	Há 11 anos	Salvador
André Penteado	Fotografia	Há 16 anos	São Paulo

Carolina Erika Santos	Artes Plásticas	Há 5 anos	Salvador
Erickson Campos Brito	Escultura	Há 30 anos	João Pessoa
Maira Carbonieri	Fotografia e Design	Há 15 anos	Recôncavo
Mike Sam Chagas	Pintor	Há 12 anos	Salvador/Minas
Marcos da Silva Costa	Gravura, Graffiti e arte-educação	Há 15 anos	Salvador
Samuca Santos	Graffiti	Há 12 anos	Salvador
Zé de Rocha	Pintura, Fotografia, desenho, gravura e ilustração	Há 17 anos	Salvador

A pesquisa possuía treze perguntas sobre políticas culturais, mecanismos de financiamento, encontros e conferências estaduais, mercado, viabilização de projetos e crítica. Destacaremos os principais pontos, possibilidades e dificuldades abordadas pelos artistas entrevistados.

Sobre políticas culturais na Bahia, oito dos dez entrevistados responderam que perceberam melhoras em vários aspectos: na expansão do alcance das políticas nas cidades do interior do Estado; na política dos editais, que possibilita que os artistas façam uso dos Centros de Cultura públicos, uma melhor profissionalização na área, além das ações e mecanismos dessas políticas serem mais amplos e numerosos.

Foi salientado que ainda existe uma inconstância no que tange a gestão e muitas modificações nos mecanismos. De um ponto de vista retrospectivo, todos vislumbram e desejam melhoras no que tange aos trâmites burocráticos que dificultam a concretização de projetos e a necessidade de investimentos maiores na área da cultura. Dois entrevistados não se sentiram aptos para responder essa questão.

No que se refere às políticas culturais específicas para as artes visuais na Bahia, quatro artistas apontaram um inegável avanço na área no que se refere ao aumento do número de editais, que ocasionou uma diminuição dos favorecimentos que eram costumeiros em outras gestões. Segundo eles, o Edital Setorial de Artes Visuais possibilitou uma maior visibilidade para a área. Contudo, há um descompasso no entendimento das artes visuais como ocupação profissional, segundo alguns entrevistados, as pessoas que gerem a área seguem modelos dos grandes circuitos

das artes, deixando de lado, iniciativas que poderiam ajudar a alavancar o mercado baiano. É necessário valorizar o papel do realizador dos projetos, visto que o artista visual é um profissional e merece ser bem remunerado pelo seu trabalho. Outros quatro entrevistados consideram esse cenário insuficiente para a quantidade de artistas e de localidades. Destacam questões como poucas iniciativas, pouco investimento comparado a outras linguagens, como música e dança, a necessidade de uma melhor divulgação nos Salões de Artes Visuais da Bahia, para que sua importância se fortaleça e que possa haver uma maior circulação das obras para outros Estados do país. Dois entrevistados não se sentiram aptos em responder essa questão.

O ponto positivo levantado pelos entrevistados sobre os mecanismos de financiamento a projetos (FCBA, Fazcultura e Calendário das artes) é que os editais estão se aperfeiçoando. Houve uma melhora significativa na expansão para cidades do interior e consequentemente na diversidade dos segmentos abrangidos. Os entrevistados avaliam o edital Calendário das Artes como mais simples e menos burocrático, principalmente porque não é necessário prestar contas dos prêmios destinados.

Nove entrevistados colocaram como ponto negativo das políticas culturais a burocracia estatal, como esses trâmites dificultam e atrapalham a concretização dos projetos. Burocracia excessiva para apresentação de projetos, na prestação de contas e na liberação das verbas. Mas estes entrevistados concordam que essas iniciativas podem ser melhoradas, adaptadas e dinamizadas. Um entrevistado não se sentiu apto a responder essa questão.

Dos dez entrevistados, quatro já participaram de algum Encontro Setorial promovido pela FUNCEB. As opiniões são iguais: é uma iniciativa importante para saber a opinião da classe artística e afinar a direção das políticas públicas em relação aos anseios dos mesmos; é necessária a troca de experiência e a mistura dos saberes para que se possa nivelar o conhecimento; aproxima gestores e agentes, democratizando o sistema. Contudo, afirmaram que o evento é esvaziado. Os artistas não se sentem confortáveis para dar suas opiniões, já que as pessoas que não aceitam muito as questões colocadas ficam estigmatizadas.

De dez artistas entrevistados, apenas três afirmaram já ter participado de alguma edição das Conferências Municipais ou Estaduais de Cultura. Os que foram, avaliaram que mesmo com as dificuldades em congregar diversos atores para uma ação conjunta, a experiência de conviver com o pensamento divergente enriquece a visão macro que os artistas/gestores precisam ter. Cada um possui um papel importante e pode cumprir com responsabilidade e cidadania, além de ser bom para ter ideias, mapear e planejar estratégias para o desenvolvimento da cultura. Um dos entrevistados levantou que há poucas contestações, reinvindicações, em relação às políticas.

Os artistas avaliam o mercado para as artes visuais na Bahia hoje como um mercado muito restrito e reduzido a alguns nichos específicos como o de trabalhos de arte para turistas, arte para decoração ou aquele, ainda mais reduzido, que visa os grandes colecionadores. São raros os artistas inseridos no mercado para as artes visuais, visto que interessa pouco à maioria das pessoas, não atraindo consumidores da classe média que poderiam adquirir obras de pequeno formato, além de existir pouca visibilidade da produção das artes visuais, que está nas mãos de duas ou três galerias de arte que se fecham para os novos, passando a trabalhar somente com os artistas consagrados. Parte disso se deve também à falta de interesse do Estado em criar formas de difusão da arte produzida. Exemplo disso foi o vácuo de 46 anos entre a 2ª e a 3ª Bienal da Bahia. Eventos assim são fundamentais para a solidificação da classe artística, bem como a formação de um mercado de arte vivo, movimentado em torno da produção atual.

O mercado de artes visuais se tornou um mercado restrito aos instrumentos públicos de fomento. Por acharem que a Bahia tem um potencial de consumo, os artistas entrevistados destacam a necessidade de ousar para descobrir “talentos” e acreditam que o Estado poderia atuar mais, estimulando de alguma forma o mercado, sem ser paternalista.

Questionados se é possível se manter apenas com o trabalho de artista, todos os entrevistados falaram que não. É bem usual os artistas desenvolverem atividades correlatas à área em que cada um atua. Por exemplo, um artista de serigrafias pode ter uma prensa e um atelier, que pode oferecer os seus serviços e seu maquinário

para outros artistas que tem a técnica, mas não os equipamentos. Isso é produtivo porque proporciona um maior conhecimento sobre processos, além de favorecer um intercâmbio entre os artistas. As ocupações mais citadas foram: professor na área de ensino superior e pós-graduação, professor de fotografia e ministrante de cursos livres na área, como fotógrafo comercial, cenógrafo, consultor, arte educador, estudantes, curador, produtor, mediadores de galerias e museus e músicos.

Os artistas entrevistados viabilizam os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento dos projetos geralmente com os próprios recursos, através de editais de entidades privadas e estatais, de concursos, de programas, de apoios institucionais, da venda dos trabalhos ou de bolsa de estudos.

Uma sugestão dada foi que o Estado poderia atuar com outros mecanismos, como criar acervos, proporcionar prêmios e ficar com a obra dos artistas, promovendo uma circulação e divulgação das obras.

Para os entrevistados, os poucos espaços culturais para as artes visuais na Bahia necessitam de mais investimento e visibilidade. Faltam lugares específicos com área para exposições, oficina e ateliês, além de galerias mais populares. É muito difícil, tanto na capital quanto no interior conseguir pauta em espaços qualificados, profissionais. As poucas galerias de bom nível, principalmente na capital, estão sempre com a agenda cheia.

Com relação aos espaços públicos, é visível a necessidade de se dotar os espaços com material técnico, iluminação adequada, uma boa assessoria de imprensa, nomear profissionais que possam gerir de forma qualificada esses espaços, uma política de ocupação mais justa e abrangente e formação de plateia devem ser potencializadas, além de facilitar o acesso dos artistas residentes nas cidades sedes desses espaços.

É preciso também fomentar projetos educativos e inclusivos. O Estado investe muito mais em grandes ‘espetáculos’ do que em projetos ligados aos espaços culturais estatais.

Sobre a importância da crítica na Bahia os artistas a consideram crucial, visto que a crítica ajuda a formar apreciadores de arte, cria tensões interessantes no campo, ajudando a uma evolução mais rápida e consistente das artes e a valorização dos artistas, sendo essencial para o funcionamento e desenvolvimento do debate

cultural. Consideram viável um trabalho crítico sobre trabalhos que seguem métodos, referências, marcos simbólicos, para serem criados parâmetros de critica. A importância da critica está na medida, que um olhar isento e adequado possa situar a produção local no cenário brasileiro e internacional, levando em consideração o cenário político e social onde se situa a produção local, fazendo um link com o papel fundamental do homem no seu tempo. A crítica esclarece nos processos educativos direcionados ao público. Contudo, afirmam que não existe atualmente crítica de artes visuais na Bahia. O que acontece são pessoas que fazem divulgação baseada em releases. E nos raros momentos em que a crítica acontece, ela é intelectualizada demais.

No Estado da Bahia a crítica ainda é bastante tímida, não corresponde às expectativas apresentadas a cima, o foco cultural no estado ainda orbita bastante em torno da música, deixando de lado as demais linguagens artísticas (principalmente artes visuais e dança). Existem alguns teóricos nas universidades que tem um papel importantíssimo na produção cientifica, mas que não encontram abertura para exercer o papel de critico. Deve-se, portanto, incentivar mais a participação de artistas, estudiosos e produtores.

CONCLUSÃO

As ações do Estado, enquanto fomentador e regulador são fundamentais para o desenvolvimento do campo das artes visuais, os mecanismos de fomento e financiamento mais significativos são os editais do Fundo de Cultura, os programas e os projetos da FUNCEB. A presença do Estado deve se traduzir na formulação de políticas mais consistentes e eficazes, que se aliem às leis de mercado já existentes, instrumentos como fundos e editais públicos que garantam a continuidade de programas sistemáticos para as áreas.

O Governo do Estado da Bahia é o maior investidor na área, empobrecendo, portanto, as possibilidades na criação e produção dos artistas visuais. Outros agentes como a iniciativa privada precisam ter uma atuação mais precisa e eficaz. Toda a cadeia produtiva da cultura se fortalece, com a incorporação de um número expressivo de profissionais, empresas e instituições. Foi diagnosticado que a atuação dos órgãos estudados se dá de modo fragmentado à dimensão de eventos, ações de formação, estímulo e manutenção. A continuidade nas políticas públicas existentes e de alguns mecanismos também foi um item valioso.

No caso das artes visuais não há predominância das leis de incentivo como fonte de recursos, muito menos casos de patrocínios viabilizados integralmente com verbas próprias das empresas, dificultando, portando, a inserção no mercado baiano de artes visuais no Brasil e no mundo.

Com a ampliação de mecanismos de financiamento, os artistas precisaram adquirir algumas habilidades e conhecimentos, contribuindo para a profissionalização da área, apesar da maioria dos artistas verem isso como burocracia. A sistematização dos processos de gestão da cultura torna possível a transmissão do conhecimento, pondo fim à informalidade que sempre ocorreu na cultura.

Nessa perspectiva, existem dois grandes desafios: a conquista de dotações orçamentárias mais consistentes e o estabelecimento de critérios adequados para a aplicação destes.

As iniciativas de mobilização dos artistas visuais ainda se dão de forma pontual, ocorrendo pouca articulação entre eles, como mostram as entrevistas realizadas. Mesmo assim, ocorrem progressos. A criação das entidades representativas fortalece o segmento da cultura, sendo essas iniciativas determinantes para a construção de políticas mais consistentes. Os artistas também precisam fazer parte dos processos de produção, gestão e organização da cultura.

É necessário pensar em um desenvolvimento de políticas para equipamentos culturais, voltados para a profissionalização e especialização dos gestores, ampliação dos Centros de Cultura, funcionamento mais satisfatório dos existentes, além de investimentos de materiais técnicos.

Esta monografia é apenas o início de uma investigação que precisa de um tempo maior para ser aprofundada, contudo a maior conclusão tirada é que existe a necessidade de consolidar a institucionalização da cultura, fortalecendo o setor como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico e de maiores investimentos do poder público, do privado e dos artistas nas artes visuais.

REFERÊNCIAS

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA 2005/2006. **Estado e Sociedade construindo políticas públicas de cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.2001- São Paulo Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

BARBALHO, Alexandre. Política Cultural. In RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA; FACOM/CULT, 2005.

BARROS, José Marcio. **Processos (trans)formativos e a gestão da diversidade cultural.** In: CALABRE, Lia. Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural Rio, 2009.

BOTELHO, Isaura. **As Dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas.** Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102- Acesso em:15 de setembro de 2013.

BRASIL**. Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil**. v.3 Belo Horizonte,MinC/Fundação João Pinheiro,1998.

CALABRE, Lia (org.). **Políticas Culturais: Reflexões e Ações**– São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

CALABRE, Lia. (org.) **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CALABRE, Lia**. Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. 1 ed. FGV, 2009.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

Diretoria deEspaços Culturais da SECULT. Blog oficial. Disponível em: http://espacosculturais.wordpress.com/. Acesso em 09 de dezembro.

Discurso final de Márcio Meirelles. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/2011/01/25/discurso-de-transmissao-de-cargo-do-ex-secretario-de-cultura-marcio-meirelles/. Acesso em: 09 de dezembro de 2013.

Encontro de Estudos Multidisciplinares em cultura. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/enecult/. Acesso em: 12 de novembro de 2013.

FÉLIX, Paula. **Plano Nacional de Cultura:** Estratégias e ações para 10 anos.Trabalho apresentado no Encontro de estudos multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2010.

FERNANDES, Taiane. **Fronteiras das políticas culturais baianas.** Trabalho apresentado no III ENECULT, 2007**.**

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em:www.funceb.ba.gov.br. Acesso em: 10 de out. de 2013.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades2007/2008.** Disponível em: http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/noticias/relatorio-da-funceb-do-bienio-20072008. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades 2009/2010.** Disponível em: http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/11/relatorio_2009-2010_webcapa.pdf. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades 2011.** Disponível em: http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/11/Relatorio-FUNCEB-2011.pdf. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. Site oficial. Disponível em:http://www.culturafgm.salvador.ba.gov.br. Acesso em: 13 de set. de 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.** 2002.

LIMA, Hanayana Brandão. **Políticas Culturais:** Esclarecimentos necessários. Trabalho apresentado no Encontro de estudos multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2010.

MICELI, Sérgio. (ORG.) **Estado e Cultura no Brasil.** São Paulo: DIFEL, 1984.

MICELI, Sérgio. **Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil.**

MINISTÉRIO DA CULTURA. Câmara e Colegiado Setorial de Artes Visuais 2005-2010:**relatório de atividades**. Brasília: Funarte.Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/cnpc/wp-content/uploads/2011/07/plano-setorial-de-artes-visuais.pdf. Acesso em 19 de novembro de 2013.

NEPOMUCENO, Hortência. Políticas culturais de Salvador e Recife: Análise da Fundação Cultural Gregório de Mattos e da Secretaria de Cultura do Recife (2005-2008)Disponívelem:.http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/16-HORT%C3%8ANCIA-NEPOMUCENO.1.pdf. Acesso em 29 de setembro de 2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Marketing Cultural. In RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA; FACOM/CULT, 2005

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais entre o possível e o impossível**.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições e enormes desafios.** Salvador, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais do Governo Lula / Gil: desafios eenfrentamentos**. Salvador, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas públicas de cultura no Brasil e na Bahia.** Salvador, 2007.

RUMOS ITAÚ CULTURAL. Disponível em: www.itaucultural.org.br/rumos. Acesso em: 08 de nov. de 2013.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Atividades 2007/2010.** Disponível em:http://www.cultura.ba.gov.br/2011/07/07/relatorios/Acesso em 17 de novembro.

VIEIRA, Mariella Pitombo. **Política cultural na Bahia**: uma abordagem sobre concepções e modos de intervenção do Estado no campo da cultura (1995-2002). Campo Grande: UCBD, 2006.

APÊNDICE A: Roteiro da entrevista

1- Quem é (nome do artista)?
2- Há quanto tempo você atua na área das artes visuais e em que segmento(s)?
3- Como você avalia o cenário atual das políticas culturais na Bahia?
4- Como você avalia as políticas culturais específicas para as artes visuais no Estado?
5- Qual a sua opinião sobre os mecanismos de financiamento a projetos (FCBA, Fazcultura e Calendário das artes)?
6- Você já inscreveu projetos nesses mecanismos? Teve projetos selecionados? Como foi a experiência?
7- Você já participou de algum Encontro Setorial promovido pela FUNCEB? Qual a sua avaliação?
8- Você já participou de alguma edição das Conferências Municipais ou Estaduais de Cultura? Qual a sua avaliação?
9- Como você avalia o mercado para as artes visuais na Bahia hoje?
10- É possível se manter apenas com o trabalho de artista?Você possui outras ocupações? Qual(s)?
11- De que forma você viabiliza os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de seus projetos?
12- Como você avalia os espaços culturais para as artes visuais na Bahia? Quais as principais carências?
13- Qual a importância da crítica na área da cultura? Como você avalia a crítica na Bahia hoje?

APÊNDICE B: ENTREVISTAS

Entrevista 1

1- Quem é (nome do artista)? Adalberto Alves (Adalberto Alves de Souza Filho)
2- Há quanto tempo você atua na área das artes visuais e em que segmento(s)? Desde 1998. Desenvolvendo projetos artísticos visuais e participandoem exposições individuais e coletivas usando distintas linguagens: desenho, pintura, gravura, vídeo, instalação.
3- Como você avalia o cenário atual das políticas culturais na Bahia? Vem melhorando, principalmente quanto à expansão para as cidades do interior. Mas ainda precisa melhorar muito quanto aos trâmites burocráticos. Geralmente a burocracia estatal dificulta muito a concretização dos projetos.
4- Como você avalia as políticas culturais específicas para as artes visuais no Estado? É preciso valorizar muito mais o papel do realizador dos projetos. O artista visual é um profissional; portanto, além de apoio e financiamento dosprojetos, deve também ser remunerado (e bem) pelo seu trabalho.
5- Qual a sua opinião sobre os mecanismos de financiamento a projetos (FCBA, Fazcultura e Calendário das artes)? Idem resposta 3.
6- Você já inscreveu projetos nesses mecanismos? Teve projetos selecionados? Como foi a experiência? Um dos meus projetos foi selecionado através do Edital Matilde Matos, cujo objetivo principal foi uma realização de uma exposição individual no MAM-BA. Fiquei satisfeito por expor nesta instituição. Entretanto a burocracia estatal prejudicou a concretização, pois atrasou os pagamentos da parcela. Cito alguns transtornos e constrangimentos causados poratraso no pagamento das parcelas: demora no pagamento das empresas e profissionais envolvidos no projeto, dificuldades na execução do projeto; atraso no lançamento do catálogo da exposição, entre outros. Além disso, não recebi um tratamento adequado na Fundação Cultural. Trataram-me com desleixo, como se ser aprovado em edital fosse um favor do estado; quando na realidade,o que acontece é uma troca entre o artista, o estado e a sociedade.

7- Você já participou de algum Encontro Setorial promovido pela FUNCEB? Qual a sua avaliação? Não. Nunca participei.
8- Você já participou de alguma edição das Conferências Municipais ou Estaduais de Cultura? Qual a sua avaliação? Não. Nunca participei.
9- Como você avalia o mercado para as artes visuais na Bahia hoje? Quase inexistente. São raros os artistas inseridos no mercado para as artes visuais na Bahia. Para mim, como artista, o mercado simplesmente não existe.
10- É possível se manter apenas com o trabalho de artista?Você possui outras ocupações?Qual(is)? É quase impossível se manter apenas como artista visual. Possuo outra ocupação que me mantém: sou professor na área de ensino superior e pós-graduação.
11- De que forma você viabiliza os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de seus projetos? Geralmente com os meus próprios recursos. Ou, algumas vezes, através de editais de entidades privadas e estatais.
12- Como você avalia os espaços culturais para as artes visuais na Bahia? Quais as principais carências? Necessitam de mais investimento e visibilidade. É preciso também fomentar (muito mais) projetos educativos e inclusivos. O estado investe muito mais em grande 'espetáculos' do que em projetos ligados aos espaços culturais estatais.
13- Qual a importância da crítica na área da cultura? Como você avalia a crítica na Bahia hoje? Não existe crítica especializada na área da cultura da Bahia. Não podemos confundir a divulgação (escassa) baseada em releases dos realizadores dos eventos culturais com a crítica profissional. Não conheço nenhum crítico contemporâneo especializado e atuante na área da cultura da Bahia.

Entrevista 2

1- Quem é André França? Sou um artista que trabalha com a fotografia.
2- Há quanto tempo você atua na área das artes visuais e em que segmento(s)? Há onze anos. Na área de fotografia contemporânea.

3- Como você avalia o cenário atual das políticas culturais na Bahia? Desde 2012, com os Editais Setoriais de Artes Visuais tivemos ganhos, mas há um caminho longo de investimentos necessários à frente.
4- Como você avalia as políticas culturais específicas para as artes visuais no Estado? Desde 2012, com os Editais Setoriais de Artes Visuais tivemos ganhos, mas há um caminho longo de investimentos necessários à frente.
5- Qual a sua opinião sobre os mecanismos de financiamento a projetos (FCBA, Fazcultura e Calendário das artes)?Conheço bem apenas o primeiro, FCBA, pois já tive projetos aprovados nele. Me parece que funciona de forma razoável: há uma burocracia que ainda é excessiva na apresentação de projetos e na prestação de contas e há problemas com atrasos na liberação das verbas.
6- Você já inscreveu projetos nesses mecanismos? Teve projetos selecionados? Como foi a experiência?Sim, já tive dois projetos selecionados, um de um livro de fotografia e outro de um curso de fotografia; a experiência foi ótima nos dois casos, exceto pelos problemas apontados na resposta anterior.
7- Você já participou de algum Encontro Setorial promovido pela FUNCEB? Qual a sua avaliação?Participei de um encontro. Acho uma importante iniciativa para ouvir a comunidade de artistas e afinar a direção das políticas públicas em relação aos anseios dos artistas.
8- Você já participou de alguma edição das Conferências Municipais ou Estaduais de Cultura? Qual a sua avaliação? Nunca participei.
9- Como você avalia o mercado para as artes visuais na Bahia hoje?Não tenho acesso a dados estatísticos gerais de vendas e valores neste mercado, então não posso comentar. Mas a minha sensação geral é de que é um mercado fraco e que interessa pouco à maioria das pessoas e que não atrai consumidores da classe média, que poderiam adquirir obras de pequeno formato, por exemplo.
10- É possível se manter apenas com o trabalho de artista?Você possui outras ocupações?Qual(is)? No Brasil, hoje, são pouquíssimos os artistas visuais que não exercem outra atividade. No meu caso, sou também professor de fotografia em uma faculdade e ministro cursos livres na área.

11- De que forma você viabiliza os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de seus projetos?Através de editais, de apoios institucionais, da venda de meus trabalhos e da minha atuação como professor.

12-Como você avalia os espaços culturais para as artes visuais na Bahia? Quais as principais carências?São muito poucos os espaços. E alguns espaços que tem gestão do governo do Estado não possuem estrutura física e técnica adequadas para a exibição de artes visuais.

13- Qual a importância da crítica na área da cultura? Como você avalia a crítica na Bahia hoje?A importância é crucial, pois a crítica ajuda a formar apreciadores de arte e também cria tensões interessantes no campo, ajudando a uma evolução mais rápida e consistente das artes e à valorização dos melhores artistas. A crítica de artes na Bahia não existe, e no Brasil o cenário não é muito diferente. Mas isso não é de estranhar, afinal, que instituições estão pagando bem para que os críticos produzam?

Entrevista 3

1- Quem é (nome do artista)? André penteado

2- Há quanto tempo você atua na área das artes visuais e em que segmento(s)? Sou fotografo e artista visual desde 1998

3- Como você avalia o cenário atual das políticas culturais na Bahia? Não estou a par do cenário da Bahia pois resido em SP

4- Como você avalia as políticas culturais específicas para as artes visuais no Estado? Não estou a par pois resido em SP.

5- Qual a sua opinião sobre os mecanismos de financiamento a projetos (FCBA, Fazcultura e Calendário das artes)? Não estou a par pois resido em SP.

6- Você já inscreveu projetos nesses mecanismos? Teve projetos selecionados? Como foi a experiência? O único projeto que já inscrevi foi o que venceu o premio Pierre Verger. Todo o processo foi o padrão para prêmios deste tipo. A proposta que tive que redigir e o que devo realizar foi o costumeiro. A experência foi muito boa e os valores oferecidos são bons, principalmente o premio do artista.

O valor para realização da exposição e impressão do catálogo pode ser insuficiente dependendo do trabalho do artista (impressao, montagem, etc) e de onde ele resida (no meu caso precisei incluir despesas de transporte, hospedagem por morar em SP e isso encareceu meu orçamento).

7- Você já participou de algum Encontro Setorial promovido pela FUNCEB? Qual a sua avaliação? Nunca participei
8- Você já participou de alguma edição das Conferências Municipais ou Estaduais de Cultura? Qual a sua avaliação? Nunca participei
9- Como você avalia o mercado para as artes visuais na Bahia hoje? Não possuo informações
10- É possível se manter apenas com o trabalho de artista?Você possui outras ocupações? Qual(is)? Não, também trabalho como fotógrafo comercial.
11- De que forma você viabiliza os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de seus projetos? Já respondido acima.
12- Como você avalia os espaços culturais para as artes visuais na Bahia? Quais as principais carências? Não saberia responder.
13- Qual a importância da crítica na área da cultura? Como você avalia a crítica na Bahia hoje? A crítica é essencial para o funcionamento e desenvolvimento do debate cultural. A sociedade precisa tanto de artistas como críticos atuantes. Infelizmente não conheço a critica baiana.

Entrevista 4

1- Quem é (nome do artista)? Carolina Erika Santos
2- Há quanto tempo você atua na área das artes visuais e em que segmento(s)? Desde de 2009. Artes Visuais/Plásticas.
3- Como você avalia o cenário atual das políticas culturais na Bahia?

   Não sei avaliar o cenário das políticas culturais na Bahia. Sinto que a máquina vem se azeitando e se profissionalizando cada vez mais, mas as vezes fico perdida quanto ao crivo do que vem a ser cultural ou promocional, ainda mais em uma cidade turística como Salvador e com tantos artistas sejam eles consagrados ou não.

4- Como você avalia as políticas culturais específicas para as artes visuais no Estado? Não tenho noção sobre a abrangência estadual. Não sei avaliar. Nunca acompanhei esses parâmetros.

5- Qual a sua opinião sobre os mecanismos de financiamento a projetos (FCBA, Fazcultura e Calendário das artes)? Enfim, são 3 opções concorridíssimas. Só fiz uso do FCBA e do Calendário das Artes, sendo que no primeiro tive aprovação e no segundo não. A dificuldade que tenho é associar a lógica equacional considerada ideal para as planilhas orçamentárias com o meu trabalho com performances, sendo o acaso uma potência expressiva. Nunca tive um "não" ou "desista", mas a minha persistência me fez preparar relatórios quilométricos para justificar cada item. Um serviço desgastante e de valor imensurável. Para resolver o orçamento tive que separar as demandas em blocos e convidar coordenadores. E foi um custo fazer valer essa estratégia ao explicar diversas vezes que não estava terceirizando ninguém e que precisava definir blocos de repasse por ser impossível criar um detalhamento preciso de um futuro sem controle.

6- Você já inscreveu projetos nesses mecanismos? Teve projetos selecionados? Como foi a experiência? Hmmmm... acho que não soube responder a questão 5, desculpe.

7- Você já participou de algum Encontro Setorial promovido pela FUNCEB? Qual a sua avaliação? Não.

8- Você já participou de alguma edição das Conferências Municipais ou Estaduais de Cultura? Qual a sua avaliação? Não.

9- Como você avalia o mercado para as artes visuais na Bahia hoje? Está se tornando um mercado restrito aos instrumentos públicos de fomento.

10- É possível se manter apenas com o trabalho de artista?Você possui outras ocupações?Qual(is)? Não. Sim. Sou professora.

11- De que forma você viabiliza os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de seus projetos? Para a realização da proposta. Esse é o foco.

12- Como você avalia os espaços culturais para as artes visuais na Bahia? Quais as principais carências? São poucos e precários.

13- Qual a importância da crítica na área da cultura? Como você avalia a crítica na Bahia hoje? Bom... Acredito ser viável um trabalho crítico sobre trabalhos que seguem métodos, referências, marcos simbólicos, para daí criar parâmetros de crítica. Hoje a arte contemporânea se libertou do símbolo para criar ícones ou artefatos que sejam capazes de transmitir afetos ou não. O que vale é a potência política, imbricado com um fazer subjetivo, para dar conta dos esquemas produtivos já tão consumidos pela atual lógica capitalista. Hoje ser artista é ser reconhecido e saber ganhar dinheiro. A arte se tornou uma grande aliada da publicidade e isso esvazia qualquer esfera de crítica.

Entrevista 5

1- Quem é (nome do artista)? Erickson Campos Britto
2- Há quanto tempo você atua na área das artes visuais e em que segmento(s)? Há 30 anos - Escultura
3- Como você avalia o cenário atual das políticas culturais na Bahia? Nasci em João Pessoa e trago um olhar de quem já viveu nas cidades de João Pessoa, Recife e Fortaleza. E se levarmos em consideração as políticas culturais dessas cidades citadas, podemos afirmar que aqui na Bahia a existência de Editais é muito mais forte e dinâmica, uma vez que a cultura sempre foi tratada como segundo plano quando se trata de destinação de verbas. Muito discurso existente não sai do papel e quando é disponibilizado não consegue sanar as necessidades de produção dos artistas. Recife é um caso especial pois vem se afirmando nos últimos 20 anos como um grande polo de preservação e produção cultural, embora os recursos também não sejam tão generosos, mas a criatividade tem feito com que se aproveite os diversos eventos de negócios para inserir os artistas e sua produção como diferencial. Creio que as artes visuais necessita do mesmo apoio que a musica e a dança sempre tiveram aqui na Bahia e ate acredito que há um renascimento desse movimento seguimentado para as artes visuais com a retomada da Bienal da Bahia. Torçamos para este fortalecimento.

4- Como você avalia as políticas culturais específicas para as artes visuais no Estado? Creio que os Editais existentes já simbolizam este grande avanço, enquanto que os Saloes de Artes Visuais e a Bienal do Reconcavo são duas ações que necessitam ser melhor divulgados externamente, para que sua importância se fortaleça. Mesmo internamente, essas ações de divulgação ainda necessitam de apoio e articulação, para que haja por exemplo uma maior circulação das obras selecionadas desses Editais, levando para outros estados o resultado dessa seleção, por exemplo.

5- Qual a sua opinião sobre os mecanismos de financiamento a projetos (FCBA, Fazcultura e Calendário das artes)? Não tenho conhecimento a fundo sobre os meandros desses mecanismos, mas acredito que toda política e forma de apoio à cultura é sempre resultado de uma ação, e essa ação precisa ser avaliada, acompanhada e aprimorada, a partir de uma avaliação permanente dos resultados alcançados.

6- Você já inscreveu projetos nesses mecanismos? Teve projetos selecionados? Como foi a experiência? Participei da seleção de dois eventos importantes para minha produção e minha carreira, que foi a BIENAL DO RECONCAVO, e o SALÃO DE ARTES VISUAIS DA BAHIA. Acho esses dois eventos importantes e creio que cada vez mais há a participação de artistas de outros estados o que nos coloca frente a frente com a produção nacional. Creio no entanto que a divulgação do resultados desses dois Editais precisam ser divulgados la fora para dar uma maior visibilidade não somente aos artistas mas a essas ações estruturantes que nos coloca no circuito nacional das artes.

7- Você já participou de algum Encontro Setorial promovido pela FUNCEB? Qual a sua avaliação? Já participei de diversos ciclos de palestras promovido no MAM e considero isso uma importante ação porque não adianta cada artista ou gestor ficar trabalhando individualmente, é necessário a troca de experiência e a mistura dos saberes para que se possa melhor nivelar o conhecimento.

8- Você já participou de alguma edição das Conferências Municipais ou Estaduais de Cultura? Qual a sua avaliação? Como funcionário do Banco do Nordeste, participamos de diversas ações estruturantes do Governo do

Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador como grande parceiro do desenvolvimento regional, portanto creio que mesmo com as dificuldades em congregar diversos atores para uma ação conjunta, mas a experiência de conviver com o pensamento divergente enriquece essa visão macro que os gestores precisam ter, de forma que cada um tem o seu papel e o governo o poder. Cabe a cada um cumprir com sua responsabilidade e cidadania.

9- Como você avalia o mercado para as artes visuais na Bahia hoje? Creio que o grande problema do mercado é ainda a pouca oportunidade de visibilidade da produção das artes plásticas que está nas mãos de duas ou três galerias de arte que se fecham para os novos, passando a trabalhar somente com os artistas consagrados ou mortos. É necessário ousar para descobrir talentos e isso ninguém tem feito, nem mesmo o estado.

10- É possível se manter apenas com o trabalho de artista?Você possui outras ocupações? Qual(is)? Todo artista sempre tem uma atividade paralela para que possa sobreviver de forma digna, sempre foi assim na historia da arte, salvo aqueles que eram contratados permanentes para registrar os momentos dos grandes reinos. Mas é bem usual os artistas desenvolverem atividades correlatas à área em que cada um atua, por exemplo um artista de serigrafias ter uma prensa e um atelier que pode oferecer os seus serviços e seu maquinário para outros artistas que tem a técnica mas não os equipamentos. Isso é muito produtivo porque proporciona um maior conhecimento sobre processos alem de favorecer a um intercambio entre os artistas. Sou formado em Comunicação Social e sempre trabalhei nessa área, portanto alem de escultor, trabalho na área de comunicação e cultura de uma empresa estatal que é o Banco do Nordeste, que possui também ações culturais com a criação de Centros Culturais pelo interior da região nordeste do Brasil, alem de Editais de Cultura. Em paralelo tenho a minha produção artística e trabalho com algumas galerias pelo Brasil.

11- De que forma você viabiliza os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de seus projetos? Meu investimento em projetos,esculturas, exposições, catalogos e produção teórica, é custeada pela minha profissão de artista e de funcionário federal, além de outras fontes como Editais e patrocínios.

12- Como você avalia os espaços culturais para as artes visuais na Bahia? Quais as principais carências? Como falei anteriormente, é necessário abrir para o artista que esta começando, do contrario o próprio artista investe tudo que tem para dar 50% para as galerias, isso não é justo. Se eles querem esse percentual precisam investir junto com o artista na sua produção, oferenco condições de um bom catalogo e promovendo oportunidade de expor, acreditando em seu trabalho ao mesmo tempo em que investe. Não apenas trabalhar com o que já esta sedimentado no mercado. Com relação aos espaços públicos, é visível a necessidade de se dotar os espaços de material técnico, iluminação adequada, uma boa assessoria de imprensa, nomear profisssionais que possam gerir de forma seria e comprometida esses espaços, e acima de tudo uma política de ocupação mais justa e abrangente.

13- Qual a importância da crítica na área da cultura? Como você avalia a crítica na Bahia hoje? Desculpe mas critica não existe mais, o que existe são arquitetos que induzem os clientes a comprar isso ou aquilo, porque os clientes não conseguem absorver e entender a produção contemporânea. Fora isso existem alguns teóricos nas universidades que tem um papel importantíssimo na produção cientifica, mas que não encontram abertura para exercer o papel de critico uma vez que a grande maioria já traz um produção própria o que torna desconfortável seu papel de critico. Temos ainda alguns ensaístas que estão voltados muito mais para a sua produção literária de forma a enriquecer a sua plataforma Lattes do que propriamente pensar os caminhos da nossa cultura do estado. Penso que a universidade com seus doutores, bem poderiam ocupar esse vazio que hoje existe na crítica. A importância da critica está na medida que um olhar isento e adequado possa situar a produção local no cenário brasileiro e internacional, levando em consideração o cenário político e social onde se situa a produção local, fazendo um link com o papel fundamental do homem no seu tempo. A Arte é apenas uma das linguagens resultantes dessa avaliação.

Entrevista 6

1- Quem é (nome do artista)? Maira Carbonieri
2- Há quanto tempo você atua na área das artes visuais e em que segmento(s)? 15 anos, comecei com fotografia e design
3- Como você avalia o cenário atual das políticas culturais na Bahia? Conturbado
4- Como você avalia as políticas culturais específicas para as artes visuais no Estado? Poucas iniciativas específicas
5- Qual a sua opinião sobre os mecanismos de financiamento a projetos (FCBA, Fazcultura e Calendário das artes)? Louvável, muito bom para dar oportunidade a diversos artistas e grupos, inclusive do interior do Estado
6- Você já inscreveu projetos nesses mecanismos? Teve projetos selecionados? Como foi a experiência? Sim. Experiência um tanto estressante pela demora na liberação das verbas, principalmente da segunda parcela que demorou 4 meses para ser paga
7- Você já participou de algum Encontro Setorial promovido pela FUNCEB? Qual a sua avaliação? Nao
8- Você já participou de alguma edição das Conferências Municipais ou Estaduais de Cultura? Qual a sua avaliação? Sim. Muito interessante e importante. O evento é um momento oportuno para pensar na cultura em diversos aspectos nos municípios e Estado. Bom para ter idéias, mapear e planejar estratégias para o desenvolvimento da cultura.
9- Como você avalia o mercado para as artes visuais na Bahia hoje? Com muito potencial de desenvolvimento pois a Bahia tem muitos artistas e publico.
10- É possível se manter apenas com o trabalho de artista?Você possui outras ocupações?Qual(is)? Para mim não é possível, sou estudante e trabalho com design gráfico
11- De que forma você viabiliza os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de seus projetos? Trabalho, bolsa de estudos e projetos culturais quando são financiados
12- Como você avalia os espaços culturais para as artes visuais na Bahia? Quais as principais carências? Poucos espaços, principalmente para ateliês. Faltam

espaços específicos, com área para exposições, oficinas, ateliês, eventos, concentrados no mesmo lugar.

13- Qual a importância da crítica na área da cultura? Como você avalia a crítica na Bahia hoje? Discussões são fundamentais, deve-se incentivar mais a participação de artistas na gestão cultural. Acho que ainda existem poucas oportunidades para isso hoje em dia.

Entrevista 7

1- Quem é (nome do artista)?Marcos da Silva Costa
2- Há quanto tempo você atua na área das artes visuais e em que segmento(s)? 15 anos. Graffiti, pintura, Arte-Educação etc.
3- Como você avalia o cenário atual das políticas culturais na Bahia? Tem avançado. Porém falta muito ainda.
4- Como você avalia as políticas culturais específicas para as artes visuais no Estado? Insuficiente para o numero de Artistas e de localidades.
5- Qual a sua opinião sobre os mecanismos de financiamento a projetos (FCBA, Fazcultura e Calendário das artes)? Acho necessários, mas ainda longe do ideal.
6- Você já inscreveu projetos nesses mecanismos? Teve projetos selecionados? Como foi a experiência? Inscrevi e aprovei alguns: Recongraffiti, Cajazeirarte e Recongraffiti Circular. Foi massa! Conseguimos alcançar as metas e desenvolver nossas idéias. Aprendi bastante.
7- Você já participou de algum Encontro Setorial promovido pela FUNCEB? Qual a sua avaliação? Ainda não participei, infelizmente.
8- Você já participou de alguma edição das Conferências Municipais ou Estaduais de Cultura? Qual a sua avaliação? Tb não.
9- Como você avalia o mercado para as artes visuais na Bahia hoje? Estou fora dele ainda. Gostaria de conhecer mais, ampliar os contatos e as vendas. Se ele existe, ainda n o conheci...
10- É possível se manter apenas com o trabalho de artista?Você possui outras ocupações?Qual(is)? Atuo em diferentes áreas todas ligadas as Artes.

Ilustrador, Graffiteiro, Desenhista, Pintor, Cenógrafo , Consultor e Arte Educador.

11- De que forma você viabiliza os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de seus projetos? Inscrevo Projeto em Editais.

12-Como você avalia os espaços culturais para as artes visuais na Bahia? Quais as principais carências? Faltam Galerias mais populares. Os pedidos de Pauta são difíceis. Os espaços muitas vezes são cheios de regras e n dão a liberdade para o expositor.

13- Qual a importância da crítica na área da cultura? Como você avalia a crítica na Bahia hoje? Acho importante para lançar novos nomes. Desconheço a cena da crítica atual.

Entrevista 8

1- Quem é (nome do artista)? Mike Sam Chagas. Eu sou pintor. É minha primeira definição.

2- Há quanto tempo você atua na área das artes visuais e em que segmento(s)? Eu trabalho como pintor e como professor de pintura, dou aula particular em colégios. Trabalho como artista desde 96, mas profissionalmente a partir de 2002, quando vim de Minas para Salvador. Eu sou de Minas.

3- Como você avalia o cenário atual das políticas culturais na Bahia? Basicamente na área de artes visuais, as vezes vai muito ao sabor da conjuntura de quem ocupa o cargo. É muito inconstante o trabalho. Quando os projetos são interessantes, eles fazem mudanças. Na secretaria eles mudam muito o foco, como por exemplo os formatos dos editais eles mudam a toda hora, isso é confuso e você não consegue obter um resultado. Precisaria ser mais constante.

4- Como você avalia as políticas culturais específicas para as artes visuais no Estado? Quando cheguei aqui em 2002 até agora, mais pela década de 2006, 2007 eles aumentaram bastante os Espaços pra exposição, por conta da boa administração da FUNCEB, que foi bem intensiva, nesse período foi bem interessante. Agora vejo que voltou a ser como em 2002. Hoje são administradas de maneira muito amadora. Não aproveitam bons espaços.

Deveriam ter pessoas mais competentes, que saibam lidar tanto com a administração e a arte, com visão mais específicas.

5- Qual a sua opinião sobre os mecanismos de financiamento a projetos (FCBA, Fazcultura e Calendário das artes)? Dos que eu participei, o Fundo de Cultura, eu nunca tive problemas, mas amigos meus e colegas tiveram dificuldades na hora de receber a verba, talvez seja o principal ponto, pois atrapalha nosso planejamento Ás vezes por conta de uma má administração do local, você não consegue utilizar os veículos, por exemplo, pra transporte do que for necessário. Coisas tão simples, mas que acabam sendo difíceis de resolver porque eles complicam.

6- Você já inscreveu projetos nesses mecanismos? Teve projetos selecionados? Como foi a experiência? Já participei por parte do Estado e já ganhei o Prêmio “Portas Abertas” em 2007. Minha exposição foi na galeria do Conselho e participei de vários Salões do Interior. Minha experiência foi boa. O que tem de bom é que se consegue abarcar um grande número de linguagens, há uma grande variedade e isso é um ponto positivo. A ideia dos Salões do Interior é bem bacana. Mas mesmo no Interior também falta a infraestrutura e pessoas mais capacitadas.

7- Você já participou de algum Encontro Setorial promovido pela FUNCEB? Qual a sua avaliação? Já participei faz bastante tempo. Achei que foi meio esvaziado. Acho que por haver um viés político, talvez não se diga muito o que se pensa, as pessoas ficam meio acanhadas em falar. Quando acontece algum encontro, quando solicitam nossa participação é mais pra mostrar o que o Estado está fazendo. É uma relação política e ás vezes isso atrapalha. Mas sinto que em qualquer boa ação os artistas apoiariam.

8- Você já participou de alguma edição das Conferências Municipais ou Estaduais de Cultura? Qual a sua avaliação? Teve só a Bienal. Mas parece que tudo é feito pra que todo mudo ache o que tá sendo mostrado bacana. Você tá lá pra aplaudir. Se tem alguém pra levantar algum ponto, é visto como ”turrão”. As pessoas que não aceitam muito as questões colocadas ficam meio estigmatizadas. Nunca vi muitas reinvindicações, a não ser pelo pessoal de Teatro

9- Como você avalia o mercado para as artes visuais na Bahia hoje? O problema de Salvador é que existem poucas galerias de arte. Acho que o Estado poderia atuar, estimulando de alguma maneira o mercado, sem ser paternalista.

10- É possível se manter apenas com o trabalho de artista?Você possui outras ocupações? Qual(is)? Nunca fiz nada estranho á arte. Acho que não dá, você precisa trabalhar em outra área, dá aulas...não tem um mercado forte. De um modo geral, acho que é muito difícil.

11-De que forma você viabiliza os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de seus projetos? Através de editais, de concursos e de programas. Eu participei de um Programa de projetos onde tive um suporte financeiro pra me manter por um tempo. Quando você quer fazer uma exposição você tem que recorrer ao Banco com patrocínio. As galerias deveriam fazer mais exposições. Por sua vez o Estado poderia atuar mais com outros mecanismos, pra por exemplo, criar acervos, te dá o prêmio e ficar com a tua obra. Mas nesse caso, é preciso resolver outros problemas, como o de como armazenar as obras.

12-Como você avalia os espaços culturais para as artes visuais na Bahia? Quais as principais carências? O maior problema é essa coisa amadora. A falta de pessoas com mais experiência. Alguns lugares funcionam bem, como o Museu de Arte da Bahia e outros lugares fica difícil a situação, acho que por causa do problema da má administração.

13- Qual a importância da crítica na área da cultura? Como você avalia a crítica na Bahia hoje? Quando eu vim pra cá tinha mais gente escrevendo sobre a área de artes visuais e hoje acho que tem menos. Acho que as críticas são mais inflamativas. Tem muita gente fazendo crítica, mas essas pessoas parecem só apresentar as obras sem analisa-las. Não é possível que todas as obras apresentadas são maravilhosas então as críticas deveriam ser mais crítica, feitas por pessoas mais capacitadas. No que toca ao Estado a questão administrativa não deveria ser tão inconstante. Muda o secretário, muda totalmente a política do trabalho. Por exemplo com o evento da copa, fica claro que a visibilidade do Estado é só do momento.

Entrevista 9

1- Quem é (nome do artista)? Samuca Santos
2- Há quanto tempo você atua na área das artes visuais e em que segmento(s)? 12 anos atuando com a arte graffiti.
3- Como você avalia o cenário atual das políticas culturais na Bahia? Acredito que os últimos anos foram positivos no que se refere às políticas culturais no Estado. Certamente a política dos editais possibilita que o artista faça uso dos centros culturais do Estado, bem como as verbas destinadas à cultura do estado.
4- Como você avalia as políticas culturais específicas para as artes visuais no Estado? Positiva, embora grande parte dos artistas visuais do Estado ainda sintam algumas dificuldadesna produção dos seus projetos.
5- Qual a sua opinião sobre os mecanismos de financiamento a projetos (FCBA, Fazcultura e Calendário das artes)? Não tenho muito conhecimento sobre o FCBA e o Fazcultura, em relação ao Calendário vejo como um edital bem simples, com processos menos burocráticos. O fato de ser um edital cuja verba é disponibilizada como premio é um facilitador, as prestações de conta em geral são bastante complicadas.
6- Você já inscreveu projetos nesses mecanismos? Teve projetos selecionados? Como foi a experiência? Já inscrevi projeto, porém não fui selecionado. A experiência foi conturbada, pois, devido às medidas adotadas pelo Estado, com intuito de reduziros custos da secretaria , o edital foi cancelado.
7- Você já participou de algum Encontro Setorial promovido pela FUNCEB? Qual a sua avaliação? Sim. São de fundamental importância para a classe artística, pois aproxima gestores e agentes produtores de cultura no Estado, democratizando o sistema ,pois o artista passa a ter acesso aos mecanismos adotados pelo estado para distribuição das verbas destinadas à cultura.

8- Você já participou de alguma edição das Conferências Municipais ou Estaduais de Cultura? Qual a sua avaliação? Não.

9- Como você avalia o mercado para as artes visuais na Bahia hoje? Insuficiente. O mercado de arte da Bahia não abarca a maior parte dos artistas, sobretudo os artistas jovens. A maior parte das instituições que comercializam a arte local se volta para os artistas já consagrados. Parte disso se deve também à falta de interesse do Estado em criar formas de difusão da arte produzida aqui, um bom exemplo a ser citado é o vácuo de 46 anos entre a 2ª e a 3ª Bienal da Bahia, eventos dessa estirpe são fundamentais para a solidificação da classe artística, bem como a formação de um mercado de arte Vivo, movimentado em torno da produção atual, porém sem deixar de valorizar os artistas consagrados.

10-É possível se manter apenas com o trabalho de artista?Você possui outras ocupações?Qual(is)? Não acredito que seja impossível, porém acho muito difícil que o artista se mantenha exclusivamente do seu trabalho.Vale lembrar também que o artista ,obrigatoriamente, deve ser administrador, produtor, curador, etc. Possuo outras atividades sim, atuo como mediador no Museu Náutico da Bahia,assistência de cenografia e arte educador, grafiteiro.

11- De que forma você viabiliza os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de seus projetos? Desempenhando atividades voltadas a arte educação (oficinas de graffiti, por exemplo), prestação de serviços com a técnica do graffiti, e, quando possível, comercializando obras.

12-Como você avalia os espaços culturais para as artes visuais na Bahia? Quais as principais carências? A maior parte dos espaços localizados na capital atende bem às demandas dos artistas, em relação aos espaços do Interior do estado não tenho como opinar tecnicamente, porém acredito que as formas de divulgação e formação de plateia devem ser potencializadas, além de facilitar o acesso dos artistas residentes nas cidades sedes desses espaços.

13- Qual a importância da crítica na área da cultura? Como você avalia a crítica na Bahia hoje? O critica exerce um papel extremamente importante na cena cultural de qualquer lugar, esta serve como um termômetro da produção local além de servir como elemento de conexão entre os artistas ao grande publica. No Estado da Bahia a crítica ainda é bastante tímida, não corresponde às expectativas apresentadas a cima, o foco cultural no estado

ainda orbita bastante em torno da musica, deixando de lado as demais linguagens artísticas (principalmente artes visuais e dança). No estado há um edital de produção de livros ou revistas de critica de arte, põem o fruto deste edital não circula de forma satisfatória.

Entrevista 10

1- Quem é (nome do artista)? Zé de Rocha (José Raimundo Magalhães Rocha)
2- Há quanto tempo você atua na área das artes visuais e em que segmento(s)? Desde 1997, atuo realizando pintura, fotografia, desenho e gravura para o circuito de exposições. Esporadicamente, atuo no segmento da ilustração.
3- Como você avalia o cenário atual das políticas culturais na Bahia? Claro que existe muito a ser melhorado, mas, de um ponto de vista retrospectivo, avalio que está melhor e mais profissionalizado do que o cenário que existia no período em que comecei atuar. Percebo quea ampliação do acesso a informação – principalmente com o advento da internet, que em 1997 não possuía o alcance que possui hoje – possibilitou ao artista baiano receber informações e capacitação oferecidas pelas políticas culturais do estado. Além disso, as ações desenvolvidas através destas políticassão mais amplas e numerosas que em 1997.
4- Como você avalia as políticas culturais específicas para as artes visuais no Estado? Como disse anteriormente, houve inegável avanço. Especificamente, para as artes visuais, percebo que o aumento do número de editais ocasionou uma diminuição dos favorecimentos que eram corriqueiros em outras gestões. Porém, acredito que ainda há um descompasso no que se trata do entendimento das Artes Visuais como uma ocupação profissional. Em minha opinião, essas políticas, ou as pessoas que as escrevem, seguem osmodelos dos grandes circuitos das artes. Acredito que deve haver mais iniciativas que ajudem a alavancar o mercado baiano, acessível às características econômicas da região.
5- Qual a sua opinião sobre os mecanismos de financiamento a projetos (FCBA, Fazcultura e Calendário das artes)?Honestamente, não sei responder a esta pergunta com propriedade. Acredito que são experiências e que têm dado

resultados positivos. Mas, também acho que essas iniciativas podem ser melhoradas, adaptadas, dinamizadas.

6- Você já inscreveu projetos nesses mecanismos? Teve projetos selecionados? Como foi a experiência? Praticamente, iniciei minha carreira e construí meu currículo artístico participando de inúmeras edições dosSalões Regionais da Bahia, promovidos pela Fundação Cultural desse estado. Ainda são a oportunidade de divulgar meu trabalho e de experimentar, no âmbito regional, a recepção de trabalhos que, posteriormente, participam de mostras em outros estados.

7- Você já participou de algum Encontro Setorial promovido pela FUNCEB? Qual a sua avaliação? Compareci a uma dessas reuniões uma única vez. O debate (em alguns momentos, acirrado!) tratava de questões relativas ao fomento da arte, a validade desse fomento, ao papel do estado como promotor da arte, etc. Acho que é um espaço necessário, destinado à troca de opiniões realizada de maneira direta entre gestores públicos e artistas. Mas, como não possuo aptidão para a política, resolvi não comparecer mais.

8- Você já participou de alguma edição das Conferências Municipais ou Estaduais de Cultura? Qual a sua avaliação? Não.

9- Como você avalia o mercado para as artes visuais na Bahia hoje? Percebo que o mercado de arte na Bahia é muito restrito, reduzido a alguns nichos específicos (o de trabalhos de arte para turistas, arte para decoração ou aquele, ainda mais reduzido, que visa os grandes colecionadores). Todos essessegmentossão muito fechados, raramente permitem a entrada do artista novo ou, se o fazem, é por indicação. Os editais fomentados pelo estado preenchem, de alguma forma, outro nicho que, devido à falta de opção do mercado de arte baiano, acaba promovendo alguma renda ao artista que sabe escrever projetos.

10- É possível se manter apenas com o trabalho de artista?Você possui outras ocupações?Qual(is)? Quanto à sobrevivência por meio do trabalho de arte, a Bahia não é diferente de outros lugares do mundo. Pouquíssimos artistas conseguem se manter unicamente com o seu trabalho de arte. Mesmo correndo o risco de ser fatalista, penso que assim é a Arte. Ser artista é uma escolha que deve ser feita com consciência das dificuldades e coragem para

manter o espírito livre, mesmo tendo que recorrer a outras atividades para sobreviver. No meu caso, também sou músico (acordeonista), participo de projetos de arte e música e, a menos de um ano, passei a ensinar arte numa Universidade Federal.

11- De que forma você viabiliza os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de seus projetos? Autofinanciamento, sempre foi assim!

12- Como você avalia os espaços culturais para as artes visuais na Bahia? Quais as principais carências? A grande necessidade com relação aos espaços culturais na Bahia é de mais espaços! É muito difícil, tanto na capital quanto no interior, conseguir pauta em espaços qualificados, profissionais. As poucas galerias de bom nível, principalmente na capital, estão sempre com a agenda lotada.

13- Qual a importância da crítica na área da cultura? Como você avalia a crítica na Bahia hoje? Acredito que a crítica cultural é importante no que diz respeito ao esclarecimento, nos processos educativos direcionados ao público. Particularmente, confesso que a crítica de Artes Visuais não me atrai pelo simples motivo de que não consigo compreendê-la. Acredito que uma boa crítica deveria ser simples, esclarecedora e instigante. Um texto que faria o público ter vontade de apreciar a arte, conhecer um novo artista, visitar uma galeria, colecionar trabalhos de arte. O que vejo, atualmente, é um emaranhado de conceitos herméticos que só os especialistas podem interpretar. Acho que, na Bahia, nos raros momentos em que a crítica acontece, ela também peca pelo excesso de intectualização.